

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM**

JOSÉ FRANCISCO SAMPAIO SOUZA

**ESTUDO SOBRE O PRECONCEITO CONTRA DIVERSIDADE
SEXUAL E DE GÊNERO ENTRE DOCENTES DE UMA
UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL**

SÃO CARLOS - SP

2024

JOSÉ FRANCISCO SAMPAIO SOUZA

**ESTUDO SOBRE O PRECONCEITO CONTRA DIVERSIDADE SEXUAL E DE
GÊNERO ENTRE DOCENTES DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de São Carlos, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Adriano Borges Melo

Co-orientadora: Profa Dra. Natália Sevilha Stofel

São Carlos - SP

2024

Souza, José Francisco Sampaio

Estudo sobre o preconceito contra diversidade sexual e de gênero entre docentes de uma universidade federal / José Francisco Sampaio Souza -- 2024.
79f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos
Orientador (a): Flávio Adriano Borges de Melo
Banca Examinadora: Luciano Garcia Lourenção, Márcia Niituma Ogata
Bibliografia

1. Preconceito. 2. Minorias sexuais e de gênero. 3. Diversidade de gênero. I. Souza, José Francisco Sampaio. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180

DEDICATÓRIA

A todos(as) os(as) estudantes que sofrem, cotidianamente, preconceitos e violência e são excluídos de espaços por serem LGBT+ e não se encaixarem nos padrões cis-heteronormativos.

Àqueles que enfrentam diariamente a LGBTfobia e mesmo assim vão à luta, com seus corpos, suas cores, seus gritos.

Às pessoas que acreditam num mundo melhor, onde os “diferentes” possam ser ouvidos e respeitados.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e por todas as oportunidades concedidas a mim e por permitir mais essa conquista.

À minha mãe **Luzia**, pelos valores e exemplo; sou eternamente grato por suas constantes orações. Às minhas irmãs **Arlinda e Luzia**, pelo apoio e orações; e a todos os meus familiares que estiveram na torcida.

Ao meu orientador Prof. **Dr. Flávio Adriano Borges Melo** por acreditar em mim e por aceitar me conduzir durante este trabalho; por não desistir de me apoiar, mesmo nos momentos mais difíceis pelos quais passei nos últimos anos. Minha eterna gratidão e admiração!

À Profa. **Dra. Natália Sevilha Stofel**, por aceitar coorientar este estudo.

Aos professores da banca, **Dr. Luciano Garcia Lourenção e Dra. Márcia Niituma Ogata** que se debruçaram sobre este material e teceram expressivas contribuições para o aprimoramento do texto.

A todos os professores do PPGEnf/UFSCar pela partilha de conhecimentos durante as disciplinas formativas; e ao Programa de Pós-graduação pela oportunidade.

Aos integrantes do Grupo de Estudos Políticas e Práticas em Saúde - GEPPS pela convivência (ainda que por um breve período).

Ao meu companheiro de vida **Nivaldo**, que mesmo nos momentos de desânimo e angústia, esteve por perto, do seu jeito - às vezes calado, às vezes me estimulando a finalizar esta etapa - mas sempre presente.

E a todos que de alguma forma participaram do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, me incentivando, me ouvindo; certamente vocês tiveram impacto significativo nesse processo.

“Ninguém nasce odiando outra pessoa por causa da cor da sua pele ou sua origem, sua sexualidade ou religião. As pessoas devem aprender a odiar, e se eles podem aprender a odiar, podem ser ensinados a amar, pois o amor chega mais naturalmente ao coração humano do que o seu oposto.”

Nelson Mandela



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Enfermagem

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato José Francisco Sampaio Souza, realizada em 10/07/2024.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Flávio Adriano Borges Melo (UFSCar)

Prof. Dr. Luciano Garcia Lourenção (MPS)

Profa. Dra. Márcia Naituma Ogata (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem.

RESUMO

O preconceito, assim como outras manifestações de discriminação, passa pela tentativa de inferiorização de um grupo social a outro, o que pode influenciar no processo saúde-doença dos indivíduos, causando o adoecimento. **Objetivo:** analisar o preconceito contra a diversidade sexual e de gênero entre docentes de uma universidade pública federal. **Método:** pesquisa analítica, exploratória e transversal, de abordagem quantitativa, realizada com docentes de diferentes *campi* de uma Universidade Pública do interior do estado de São Paulo. Para a coleta de dados, foi utilizado um formulário eletrônico contendo questões sobre o perfil sociodemográfico dos(as) participantes e a Escala de Preconceito contra Diversidade Sexual e de Gênero. As análises foram realizadas por regressão com distribuição binomial-negativa e função de ligação logarítmica ajustado e também por pós-teste de Tukey. **Resultados:** Participaram da pesquisa 105 docentes, sendo estes: 52 mulheres cis e 53 homens cis. Os resultados demonstram que docentes homens cisgênero tendem a ser mais preconceituosos contra pessoas LGBTQ+ do que docentes mulheres cisgênero. Somado a isso, 34,29% dos(as) docentes apontaram algum incômodo em ir a locais frequentados por travestis. **Conclusões:** Há preconceito contra a diversidade sexual e de gênero entre docentes no contexto universitário. Professores homens cisgênero demonstraram ser mais preconceituosos do que professoras mulheres cisgênero, evidenciando relação do preconceito à questão de gênero. A presença de desconforto dos docentes na convivência em espaços frequentados por travestis, ressalta a hegemonia do machismo estrutural e da violência de gênero, que busca pela negação e/ou apagamento daquilo que se manifesta como feminino, nos diferentes contextos sociais.

Palavras-chave: Preconceito. Diversidade de gênero. Minorias sexuais e de gênero. Universidades. Política Pública.

ABSTRACT

Prejudice, like other manifestations of discrimination, involves an attempt to inferiorise one social group to another, which can affect the health and disease process of individuals, causing them to become ill. **Aim:** Analysis of prejudices against sexual and gender diversity among faculty members at a federal public university. **Method:** An analytical, exploratory, cross-sectional study with a quantitative approach, carried out with teachers from different campuses of a public university in the interior of the State of São Paulo. An electronic form was used for data collection, with questions about the socio-demographic profile of the participants and the scale of prejudice against sexual and gender diversity. Analyses were performed using regression with a negative binomial distribution and an adjusted logarithmic link function, as well as Tukey's post-test. **Results:** 105 faculty members participated in the survey: 52 cis women and 53 cis men. The results show that cisgender male teachers tend to be more prejudiced against LGBT+ people than cisgender female teachers. In addition, 34.29% of teachers said they would feel uncomfortable going to places frequented by transvestites. **Conclusions:** There is prejudice against sexual and gender diversity among teachers at university. Cisgender male professors proved to be more prejudiced than cisgender female professors, showing a relationship between prejudice and gender. The presence of discomfort among lecturers when living in spaces frequented by transvestites highlights the hegemony of structural sexism and gender violence, which seeks to deny and/or erase what manifests itself as feminine in different social contexts.

Keywords: Prejudice. Gender Diversity. Sexual and Gender Minorities. Universities. Public Policy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABLGT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
AI	Análise Institucional
APS	Atenção Primária à Saúde
CAAE	Certificado de Apresentação e Apreciação
CNS	Conselho Nacional de Saúde
EPDSG	Escala de Preconceito contra Diversidade Sexual e de Gênero
GGB	Grupo Gay da Bahia
LGBT+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero e demais expressões de gênero
PCC	Mnemônica para População, Conceito, Contexto
PNSI LGBT	Política Nacional de Saúde Integral LGBT
RM	Ranking Médio
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadros

Quadro 1.	Conceitos e significados relacionados ao preconceito, racismo, estereótipo e discriminação.....	23
Quadro 2.	Sistematização dos artigos que compuseram a amostra final da revisão de escopo.....	36

Figuras

Figura 1.	Fluxograma de seleção das produções científicas segundo PRISMA-ScR	35
Figura 2.	Escala de Preconceito contra Diversidade Sexual e de Gênero.	61

Tabelas

Tabela 1.	Caracterização dos participantes.....	55
Tabela 2.	Associação – dados sociodemográficos e preenchimento da EPDSG.....	56
Tabela 3.	Respostas à EPDSG.....	57
Tabela 4.	Associações das variáveis de interesse com o escore total da escala EPDSG.....	60
Tabela 5.	Associações das variáveis de interesse com o escore total da escala EPDSG.....	60

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	13
2. 183. REFERENCIAL TEÓRICO	18
3.1. Aspectos sociohistóricos da sexualidade	18
3.2. Preconceito: processo histórico e conceitual	23
3.3. Preconceito contra minorias sexuais e de gênero e o contexto acadêmico	Erro!
Indicador não definido.8	
4. 4646	
5. MÉTODO	49
5.1. Tipo de estudo	49
5.2. Local de estudo	49
5.3. Participantes do estudo	50
5.4. Instrumentos e procedimentos de coleta de dados	51
5.5. Procedimentos éticos	52
5.6. Análise dos dados	53
6. RESULTADOS	55
7. Erro! Indicador não definido.62	
8. CONCLUSÃO	65
9. REFERÊNCIAS	66
APÊNDICE I	76
APÊNDICE II	77
Anexo I	79

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

O preconceito e a discriminação negativa podem ser entendidos como um mecanismo de manutenção e legitimação da hierarquização entre os grupos sociais, por meio de tentativas de inferiorização de um grupo em relação ao outro, o que, quase sempre, se estabelece por meio de práticas violentas e de ódio (Prado; Machado, 2012).

Dentro do contexto da diversidade sexual e de gênero, pode-se compreender as fobias (lesbofobia, homofobia, transfobia, etc.) como uma tentativa de inferiorização diretamente vinculada à hierarquização das sexualidades, o que confere um status superior à heterossexualidade (atração entre pessoas de sexos ou gêneros opostos), colocando-a no plano do natural e evidente. Assim, tem-se que o preconceito contra as diversidades sexuais e de gênero está, intimamente, articulado ao receio da valorização e reconhecimento dessa diversidade, manifestando-se por meio da “angústia de ver desaparecer a fronteira e a hierarquia da ordem heterossexual” (Borrillo, 2016, p. 17).

A sociedade contemporânea ainda pressupõe um alinhamento determinista entre sexo e gênero, o que corresponde à cisgeneridade (cis). Apesar dos notórios avanços nos direitos humanos com relação às questões que envolvem a diversidade sexual e de gênero, como o direito à união civil entre homossexuais, criação de políticas públicas que buscam garantir a equidade entre mulheres e homens, ainda são perceptíveis situações cotidianas de violência e preconceito contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e demais pessoas que diferem do padrão cis, heterossexual e binário (classificação de gênero e sexo de apenas duas formas distintas e opostas: homem e mulher), ou seja, pessoas LGBTQ+ (Costa *et al.*, 2015; Silva; Vaz, 2019).

A título de exemplos, um(a) em cada cinco LGBTQ+ não revela sua orientação sexual ao profissional de saúde durante o seu atendimento e pessoas transexuais tendem a evitar a procura por atendimento de saúde mesmo estando doentes (National Alliance on Mental Illness, 2016; Quinn *et al.*, 2020; Sahin; Aslan; Emiroglu, 2020) ou abandonando o tratamento proposto em decorrência do medo da discriminação pelos profissionais de saúde (Rocon *et al.*, 2020). Somado a isso, o acesso aos serviços de saúde pela população LGBTQ+ é permeado por constrangimentos e preconceitos, ressaltando a exclusão, o desamparo, a omissão e a indiferença como os principais sentimentos expressos por estas pessoas (Rocon *et al.*, 2020; Santana *et al.*, 2020).

Esse preconceito influencia, diretamente, na determinação social do processo saúde-doença, gerando sofrimento e, conseqüentemente, adoecimento. Estudo desenvolvido com 140 pessoas LGBTQ+ na Turquia apontou que 65% delas relataram queixas envolvendo sua saúde mental (Sahin; Aslan; Emiroglu, 2020) e outro realizado com 60 estudantes de cursos da área da saúde de uma Universidade Pública brasileira constatou que estudantes não-heterossexuais apresentam os piores indicadores de saúde mental (Cerqueira-Santos; Azevedo; Ramos, 2020). Ainda, pessoas LGBTQ+, quando comparadas às pessoas não-LGBTQ+, apresentam maiores prevalências de depressão e ansiedade, maior risco para o suicídio e fazem uso mais intenso de substâncias psicoativas (Bordiano *et al.*, 2021).

Sabe-se que o Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTQ+ do mundo, seguido do México e Estados Unidos (NAMI, 2016). Segundo o observatório de mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil, em 2021, a partir de dados coletados até agosto, existiram 207 mortes, sendo 187 assassinatos e 18 suicídios de pessoas LGBTQ+ (Michels; Mott, 2019).

Considerando esse contexto, cabe questionar sobre a relação entre a educação e o processo formativo de cidadãos nos cotidianos dos diferentes países. Contudo, ao adentrar à Universidade, depara-se com esse mesmo cenário.

Algumas pesquisas vêm enfatizando o preconceito contra a diversidade sexual e de gênero dentro do contexto universitário e constataram que a homofobia, ou seja, o preconceito contra homossexuais, se encontra presente em práticas espetacularizadas, tais como os trotes e por meio de atitudes mais cotidianas e sutis de tentativas de reforçar uma hierarquização dentre as orientações sexuais (Costa *et al.*, 2015; Nardi *et al.*, 2013). Outros estudos, enfatizam a inexistência de currículos (especificamente de cursos da área da saúde), que abordem a diversidade sexual e de gênero de maneira direta e efetiva (Braun *et al.*, 2017; Silva *et al.*, 2020; Paranhos; Willerding; Lapolli, 2021). Somado a isso, quando o contato com essa temática se dá no âmbito Universitário, ela acontece, normalmente, a partir de atividades extracurriculares (Braun *et al.*, 2017).

Frente a essa realidade, a presente proposta de pesquisa caminha na perspectiva de aprofundar, tanto na avaliação e percepção do preconceito quanto no avanço da construção do conhecimento científico, no que tange às possíveis soluções para o enfrentamento do preconceito contra a diversidade sexual e de gênero no contexto universitário, pois se trata de uma grande lacuna evidenciada por revisões sistemáticas com meta-análise. Essas revisões reconhecem os esforços que têm sido feitos, mas apontam que os estudos teóricos e empíricos na área ainda se demonstram insuficientes para fornecer recomendações baseadas em evidências e que contribuam, significativamente, para a redução do preconceito contra a diversidade sexual e de gênero (Hsieh; Faulkner; Wickes, 2021; Paluck *et al.*, 2021).

Destarte, acredita-se que o presente estudo fornecerá subsídios teóricos e práticos para a elaboração de estratégias institucionais de enfrentamento do preconceito contra a diversidade sexual e de gênero no âmbito universitário. Apesar de existentes, ainda são escassas as pesquisas concernentes a essa temática, sobretudo, as que ampliam a perspectiva para além da avaliação e percepção dos estudantes. Somado a isso, as estratégias adotadas na presente pesquisa-intervenção poderão ser aplicadas em outras realidades regionais, nacionais e internacionais por meio das pistas, lacunas e perspectivas geradas para a compreensão de realidades complexas, como é o caso dos contextos vivenciados no âmbito das Universidades.

2. OBJETIVO

Analisar o preconceito contra a diversidade sexual e de gênero entre docentes de uma universidade pública federal.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DA SEXUALIDADE

Ao contrário de outros seres vivos, que nascem com informações genéticas que os orientam sobre como se comportar e agir diante das diferentes situações, os seres humanos vêm ao mundo sem essas determinações “pré-programadas”. Segundo Brasil (2002, p. 15), “o modo de se comportar e de agir nos é dado socialmente: aprendemos com nossos pais, com a comunidade da qual fazemos parte e na escola”.

A sexualidade se manifesta de maneiras variadas, influenciada pelas diferentes culturas e pela trajetória pessoal e criatividade individual de cada pessoa.

Cada sociedade possui um conjunto de regras, de padrões de comportamento e de concepções sobre o que é e para que serve a sexualidade. Tal conjunto de regras e padrões, que é informado, apreendido e utilizado pelos indivíduos, constitui o que chamamos de cultura sexual (Brasil, 2002, p. 16).

Essa cultura sexual direcionará, entre outros aspectos, as restrições e permissões em relação a quem pode ou não ter relações sexuais com quem, levando em consideração questões de parentesco, idade, status social e outros indicadores.

Segundo Rossi (2002), ao observarmos exemplos de diferentes sociedades, podemos notar que no início do século XX, no Brasil, era comum o casamento de homens mais velhos com mulheres mais jovens, muitas vezes com idades entre 12 e 15 anos, que logo iniciavam sua vida sexual e reprodutiva. No entanto, atualmente, a gravidez na adolescência é considerada um problema de saúde pública no Brasil (Almeida *et al.*, 2020).

Pode-se observar que os padrões de comportamento sexual se alteram ao longo do tempo e variam de acordo com diferentes contextos geográficos e culturais.

Na Grécia Antiga, era comum que homens adultos tivessem relações sexuais com jovens. Segundo Dover (2007), o filósofo grego Sócrates era adepto ao amor

homossexual e acreditava que o coito anal era a melhor forma de inspiração. Sócrates também via o sexo heterossexual como uma atividade, exclusivamente, voltada à procriação. Na educação dos jovens atenienses, esperava-se que eles aceitassem a amizade e os laços de amor com homens mais velhos, visando absorver suas virtudes e conhecimentos filosóficos. Uma diferença significativa é que, a partir do século XIX, o discurso predominante passou a abordar a existência de uma espécie ou categoria de pessoas chamadas "homossexuais".

A homossexualidade é datada desde a Grécia Antiga, e não causava espanto. Passou a ser considerada uma doença misteriosa, sendo registrada no catálogo internacional de doenças no século XX. Essas implicações e pré-conceitos só foram abandonados após a década de 1990, quando deixou de ser considerada uma patologia (Magnavita, 2012, p. 18).

Conforme Foucault (1988), antes de 1870, os atos homossexuais eram recriminados, mas não se considerava a existência de uma identidade substantiva denominada "homossexual". Segundo o autor, uma pessoa que se envolvesse em relações homoeróticas não era rotulada como pertencente a uma subclasse específica da humanidade. Era algo simples. Bastava que ela se redimisse por meio de práticas consideradas purificadoras após a confissão do ato. Dessa forma, podemos dizer que a pessoa não era algo, mas sim tinha feito algo.

A partir de 1870, houve uma mudança de paradigma: surge o conceito de "homossexualidade", que descreve alguém com uma orientação sexual que abrange toda a sua identidade. Quando Foucault (1988) afirma que o homossexual é construído, ele não está dizendo que as pessoas se tornam homossexuais devido a influências ambientais. Na verdade, a descoberta do desejo pelo mesmo sexo a partir desse período passou a ter uma conotação diferente. A pessoa não apenas experimentava um desejo, mas também se percebia como parte de um subconjunto específico da humanidade, como denomina o autor.

Na Grécia Antiga, essa prática, considerada pedagógica, era aceita porque era transmitida de geração em geração, sendo um estágio pelo qual os jovens gregos passavam para se tornarem homens completos. “Apenas os homens eram considerados cidadãos e tinham, portanto, o direito e acesso ao conhecimento” (Brasil, 2002, p. 17). A partir dessa situação, “era comum e legítimo o relacionamento sexual entre o professor e o aluno, considerado o relacionamento mais sublime entre dois homens” (ibidem).

Em conformidade com Andrade (2017), a partir desses exemplos, podemos constatar que a sexualidade é uma construção social e, portanto, pode assumir diversas formas. Os padrões e as normas relacionadas à sexualidade mudam ao longo do tempo, da história e variam entre diferentes grupos sociais.

De acordo com Dias (2010), o relacionamento homoerótico, na Antiguidade, era abordado em referência a deuses, reis e heróis, conforme apontado por ele:

Na Grécia, o livre exercício da sexualidade fazia parte do cotidiano de deuses, reis e heróis. O mais famoso casal da mitologia grega era formado por Zeus e Ganimede. Lendas falam do amor de Aquiles por Pátroclo e dos constantes raptos de jovens por Apolo. Até hoje, se indaga sobre o caráter e a importância de tais práticas, se perversão admitida, instituição pedagógica ou ritual iniciatório, sendo questionado se tais hipóteses seriam excludentes entre si. A bissexualidade estava inserida no contexto social, e a heterossexualidade aparecia como preferência de certo modo inferior e reservada à procriação. Vista como uma necessidade natural, a homossexualidade restringia-se a ambientes cultos, como manifestação legítima da libido, verdadeiro privilégio dos bem-nascidos. Não era considerada uma degradação moral, um acidente ou um vício. Todo indivíduo poderia ser homossexual ou heterossexual, dois termos, por sinal, desconhecidos na língua grega. Nas Olimpíadas, os atletas competiam nus, exibindo sua beleza física. Era vedada a presença das mulheres nas arenas, por não terem capacidade para apreciar o belo. Também nas representações teatrais, os papéis femininos eram desempenhados por homens vestidos ou mediante o uso de máscaras (Dias, 2010, p. 35).

Por muito tempo o amor homossexual esteve presente, independentemente de classe social, raça, religião ou postura política. Segundo Foucault (1988), não existiu povo na terra onde a homossexualidade não se manifestou.

Naphy (2004) relata que, em toda a história e em todo o mundo, a homossexualidade tem sido um componente da vida humana. Portanto, na visão do autor, a homossexualidade não pode ser considerada antinatural ou anormal. Embora seja menos comum que a heterossexualidade, a homossexualidade é uma característica real da espécie humana e, para muitos, ainda é uma questão de tempo.

Os termos homossexualidade, homoafetividade e bissexualidade são utilizados para descrever a orientação sexual e as relações afetivas estabelecidas pelas pessoas. Essas questões são, frequentemente, alvo de preconceito e geram discussões tanto científicas quanto no senso comum.

A homossexualidade refere-se à atração física e emocional por pessoas do mesmo sexo. Uma predominante, continuada e exclusiva atração psicosexual por membros do mesmo sexo (Gallagher, 1990).

A orientação sexual é uma componente da sexualidade enquanto conjunto de comportamentos relacionados com a pulsão sexual e com sua concretização. Se a atração sexual é dirigida para pessoas do mesmo sexo, designamos tal orientação por “homossexualidade”; se ela se inclina para o sexo oposto, trata-se da “heterossexualidade”; e, ainda, de “bissexualidade”, se o sexo do parceiro é indiferente (Borrillo, 2010, p.23).

Ao longo da história, existem diversos registros que indicam a presença da homossexualidade em diferentes sociedades, embora as normas e valores de cada uma tenham influenciado a experiência das pessoas homossexuais. No início do século XIX, as teorias acerca das causas da homossexualidade foram condicionadas pelas configurações políticas e culturais da época, notadamente pela valorização da sexualidade como finalidade da reprodução, tendo como modelo os papéis sociais rígidos atribuídos, distintamente, ao homem e à mulher, assistindo-se à biologização das “diferenças sexuais” (Weeks, 2000).

Considerada como um comportamento anormal e primitivo, a homossexualidade foi vista como uma ameaça às sociedades civilizadas e, por isso,

era considerada necessária sua identificação e controle. Desta forma, criaram-se características específicas para a identificação das pessoas homossexuais, características físicas, psicológicas e morais distintas (Moita, 2001), que se aproximam da noção de identidade e expressão de gênero.

A identidade de gênero refere-se à forma como uma pessoa se identifica e se sente em relação ao seu gênero. A experiência do gênero é singular e cada pessoa o identifica e o exerce de uma forma. Inclusive, o senso e a noção pessoal do corpo podem envolver a necessidade individual (pautada nas regras instituídas socialmente) de modificações da aparência por meios estéticos e/ou cirúrgicos (Vieira, 2012).

Ferreira (2016) ressalta que o mais importante é o gênero com o qual a pessoa se identifica. A identificação com determinado sexo não define a orientação sexual, apenas o gênero pelo qual a pessoa se reconhece.

Contudo, identificam-se balizas e delimitações impostas pela sociedade no tocante ao exercício da sexualidade, no que tange, sobretudo, à identidade e expressão de gênero. Tais impedimentos são expressos por meio da violência e do preconceito vividos, cotidianamente, por aquelas pessoas que não se encaixam em um modelo pré-determinado na perspectiva binária, do que é ser homem e o que é ser mulher na sociedade.

A Constituição Federal de 1988 proíbe a discriminação de qualquer tipo, incluindo com relação à orientação sexual. Mas pouco foi feito no Legislativo Federal para combater o preconceito nessa direção, sendo necessário derrubá-lo e criminalizá-lo, pois em um Estado Democrático de Direito não basta pautarmos estratégias de inclusão social (política de redistribuição, por exemplo), mas se faz necessário reconhecer que essas pessoas, de fato, existem (Balestro; Bahia, 2018).

3.2. PRECONCEITO: PROCESSO HISTÓRICO E CONCEITUAL

O preconceito tem raízes antigas, onde diferentes grupos foram marginalizados com base em sua origem étnica, religiosa e demais questões sociais. Esses paradigmas persistiram ao longo da história, resultando em diversos tipos de preconceito, como étnico, religioso e sexual. Segundo Duckitt (1992) nas décadas de 1970, 1980 e 1990, foi observado o predomínio de teorias que relacionavam o preconceito a processos das relações intergrupais, como, por exemplo, a da categorização, a da identidade social e a do conflito intergrupalo.

Esse processo de evolução teórica e metodológica, no estudo do preconceito, “reflete as mudanças sociais e históricas, assim como as normas sociais que estruturavam as relações intergrupais em cada período” (Lima; Pereira, 2004, p. 11). Antes da primeira metade do século XX não havia preocupação com os preconceitos, vivendo-se um contexto pautado pelas hierarquias raciais claramente delimitadas. A partir da segunda metade do século XX, há uma mudança nas formas de expressão do preconceito, o que interfere na expressão pública dos estereótipos contra as minorias. Tal fato, é fruto de um conjunto de mudanças sociais e políticas como, por exemplo, a crítica ao regime nazi-fascista, a declaração da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO sobre as classificações raciais, a Declaração dos Direitos Humanos, o movimento feminista, as lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos, dentre outros movimentos sociais (Lima; Pereira, 2004).

O preconceito consiste no julgamento prematuro e inadequado que leva a atitudes discriminatórias em relação a pessoas, doenças, crenças, sentimentos e comportamentos, baseado em ideias formadas antecipadamente e sem fundamento

crítico ou lógico. Nesse sentido, o preconceito é a valoração negativa que se atribui às características da alteridade; implica na negação do outro diferente e, no mesmo movimento, à afirmação do próprio ser como superior/dominante (Bandeira; Batista, 2002).

Ele consiste em um julgamento prévio ou pré-concepção de uma pessoa com base em estereótipos ou generalizações, antes mesmo de conhecer a pessoa ou grupo em questão. Para Allport (1954 citado por Souza 2013), “é o resultado das frustrações das pessoas, que, em determinadas circunstâncias, podem se transformar em raiva e hostilidade”, ou seja, pessoas que, porventura, se sentem oprimidas e exploradas sem poder manifestar seu descontentamento contra essa questão acabam deslocando sua hostilidade e frustração para aqueles (as) que se encontram mais abaixo na escala social.

Ainda, segundo as pesquisas de Allport (1946) e de Adorno *et al.* (1965), o preconceito não é inato; ele se instala no desenvolvimento individual como um produto das relações entre os conflitos psíquicos e a estereotipia do pensamento.

Joaquim (2006) conduziu uma pesquisa sobre igualdade e discriminação e publicou conceitos relacionados a preconceito, racismo, estereótipo e discriminação. Esses conceitos estão apresentados resumidamente no quadro abaixo.

Quadro 1. Conceitos e significados relacionados ao preconceito, racismo, estereótipo e discriminação.

Preconceito	É um julgamento prévio ou pré-julgamento de uma pessoa com base em estereótipos, que é um simples carimbo. Essa ideia prévia consiste em atitudes negativas e desfavoráveis em relação a um grupo ou seus indivíduos. O preconceito é caracterizado por crenças estereotipadas e surge de processos internos do indivíduo.
-------------	--

Racismo	É uma doutrina ou ideologia que sustenta a existência de uma hierarquia entre grupos humanos, com algumas raças consideradas superiores a outras, o que justificaria a exploração e dominação dos(as) considerados(as) inferiores. No entanto, essa ideia é equivocada, pois além das dificuldades em definir uma raça pura, não existem raças superiores, mas sim diferentes culturas e valores.
Estereótipo	O termo discriminação deve ser claramente diferenciado do preconceito, pois pertence à categoria das convicções estabelecidas. Uma vez que os membros de um determinado grupo são rotulados com certos "atributos", as pessoas deixam de avaliar suas qualidades reais e passam a julgá-los com base nesses rótulos. Por exemplo: todo judeu é considerado avaro; todo português é considerado burro; todo negro é considerado ladrão; toda mulher é considerada incapaz de dirigir.
Discriminação	Ao contrário do preconceito, a discriminação está relacionada a uma conduta ou ação (ou omissão), que resulta na violação direta de direitos com base em características como raça, sexo, idade, estado civil, deficiência física ou mental, religião e outros.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Joaquim (2006, p.1).

É evidente que, mesmo com o avanço cultural e tecnológico da sociedade atual, ainda há uma presença significativa de preconceito e discriminação no dia-a-dia. Existem numerosos exemplos dessa prática, sendo o julgamento prévio um deles. “Há um avanço na legislação brasileira, devendo esse desejo de igualdade refletir de alguma maneira na sociedade, promovendo a conscientização das pessoas, igualdade de oportunidades e cidadania” (Lima, 2011, p.1).

O apelo à ordem natural das hierarquias é uma estratégia de dominação e subordinação que não se limita apenas à raça. Também é usado o "gênero", "classe social" e "geração" para criar subalternidade e justificar desigualdades socialmente estabelecidas. Esses elementos operam de forma interligada, gerando estratificação

social e reproduzindo desigualdades básicas e posições desprivilegiadas. Para efetivação desses argumentos, segundo Kyrillos (2020), cabe nesse contexto, o termo interseccionalidade, que é compreendido como uma ferramenta de análise que consegue dar conta de mais de uma forma de opressão simultânea. Dentre os eixos a serem inter-relacionados estão, gênero, sexualidade, raça, etnia, classe, geração dentre outros.

Portanto, compreende-se a interseccionalidade como a análise das interseções e sobreposições de diferentes formas de opressão e discriminação que uma pessoa pode enfrentar, levando em consideração as suas múltiplas identidades e experiências (Collins; Bilge, 2020).

Nos primeiros anos do século XXI, o termo “interseccionalidade” passou a ser amplamente adotado por acadêmicas e acadêmicos, militantes de políticas públicas, profissionais e ativistas em diversos locais. Estudantes de ensino superior e docentes de áreas interdisciplinares, como estudos feministas, estudos raciais, estudos culturais, estudos da civilização estadunidense e da mídia, bem como da sociologia, da ciência política, da história e de outras disciplinas tradicionais, encontram a interseccionalidade em cursos, livros e artigos teóricos. Ativistas de direitos humanos e representantes do funcionalismo público também transformaram a interseccionalidade em parte das atuais discussões sobre políticas públicas globais. Lideranças de movimentos de base buscam orientação nas variadas dimensões da interseccionalidade para nortear seu trabalho de justiça reprodutiva, iniciativas de combate à violência, direitos da classe trabalhadora e outras questões sociais similares. Blogueiros e blogueiras usam mídias digitais e sociais para influenciar a opinião pública. Docentes do ensino fundamental, assistentes sociais, estudantes do ensino médio, pais e mães, integrantes de equipes de apoio de universidades e escolas adotaram as ideias da interseccionalidade para transformar todos os tipos de instituição de ensino. Nesses diferentes locais, pessoas reivindicam e usam cada vez mais o termo “interseccionalidade” em projetos políticos e intelectuais. (Collins; Bilge, 2020, p.16).

O conceito de interseccionalidade demonstra as formas complexas em que as experiências pessoais surgem a partir do cruzamento de seus diversos pertencimentos, dentro de sistemas de desigualdades (Calasanti; Giles, 2018, p. 70).

Para exemplificar o desenvolvimento do preconceito no cotidiano da sociedade, será abordado pontos que envolvem o preconceito direcionado às questões de gênero e orientação sexual e o preconceito racial, compreendendo-os como questões

interseccionais, ou seja, esse tema tem se mostrado um terreno fértil para a contemplação de argumentos significativos na sociedade, especialmente em relação a grupos marginalizados, tais como mulheres, homossexuais, imigrantes, trabalhadoras e trabalhadores. Assim, capacita examinar como diversas fontes estruturais geram disparidades e desigualdades, além de compreender a forma como essas influências interagem em diferentes contextos, sendo assimiladas no cotidiano pelos indivíduos de acordo com suas posições sociais e experiências particulares. (Silva *et al.*, 2020).

A interseccionalidade é um conceito que reconhece as múltiplas formas de opressão e discriminação que as pessoas podem enfrentar devido à intersecção de suas identidades, como gênero, raça, classe social, orientação sexual, entre outros.

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins; Bilge, 2020, p.16).

A interseccionalidade pode ser vista como uma ferramenta analítica que desempenha um papel fundamental na abordagem e resolução de questões frequentemente negligenciadas, quando se trata do acesso aos Direitos Humanos: “A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (Crenshaw, 2002, p. 177).

Quando utilizada como uma forma de prática crítica, a interseccionalidade refere-se às maneiras pelas quais indivíduos, seja como partes de um grupo ou de forma independente, geram, recorrem ou aplicam estruturas interseccionais em suas vidas diárias. Tanto em ambientes familiares quanto profissionais, como atores

institucionais em escolas públicas, faculdades, universidades e organizações religiosas, bem como em papéis de liderança em comunidades e movimentos de base, cidadãos comuns recorrem às ideias da interseccionalidade para orientar suas práticas (Collins; Bilge, 2020).

3.3. PRECONCEITO CONTRA MINORIAS SEXUAIS E DE GÊNERO E O CONTEXTO ACADÊMICO

Para compreender sobre a sigla, a comunidade LGBTQ+ está em constante mudança e evolução, representando diversas identidades. Novas siglas surgiram ao longo do tempo para incluir mais diversidade, como a inclusão dos bissexuais em 2005 e a abrangência das pessoas transgêneras, travestis e transexuais. A denominação foi LGBTQ. Na militância, novas letras como "i" de pessoas intersexo, "q" de pessoas *queer* e "a" de pessoas agêneros e assexuadas surgiram para representar novas sexualidades. Atualmente, a preferência é pela sigla LGBTQIA+, que indica inclusão e está aberta a mudanças com a possibilidade de adicionar novas identidades (Bortoletto, 2019). Contudo, adotamos neste estudo a sigla LGBTQ+ por compreendermos as conquistas e diversidades existentes a partir da sigla LGBTQ+ e por buscarmos contemplar as diversas expressões e identidades de manifestação da sexualidade.

Nos últimos anos, tem sido cada vez mais evidente o alarmante número de mortes de pessoas da comunidade LGBTQ+, vítimas de discriminação e preconceito que negam seu direito à vida. Apesar das leis de proteção à comunidade LGBTQ+ no Brasil, ainda persiste um clima de horror e vulnerabilidade que afeta esse grupo.

De acordo com um relatório divulgado em 2020 pelo Grupo Gay da Bahia - GGB, o Brasil é considerado o país mais perigoso para a comunidade LGBTQ+ em termos de mortalidade violenta, apresentando os maiores índices nesse aspecto. No

ano de 2019, o GGB registrou 329 casos de óbito de pessoas LGBTQ+, oriundos de assassinatos violentos e/ou casos de suicídio (Oliveira, 2019).

Infelizmente, a história mundial mostra que atos de perversidade e humilhação foram direcionados às pessoas LGBTQ+ ao longo do tempo, como durante o período nazista na Alemanha. Homossexuais eram marcados com um triângulo rosa invertido, enquanto mulheres lésbicas recebiam um triângulo preto invertido, símbolos usados para identificar aqueles que não eram aceitos pelos nazistas. Essas pessoas eram levadas aos campos de concentração e mortas (Stoodi, 2021). Ainda hoje, existem países onde há pena de morte para a homossexualidade; muitos outros países prendem e aplicam punições corporais a pessoas LGBTQ+.

Tais aspectos evidenciam os desafios sociais relacionados às sexualidades e identidades de gênero que se afastam das normas heterossexuais e cisgêneros. Caso contrário, o país não revelaria uma postura tão hostil em relação a esse segmento da sociedade. É importante salientar que a violência não se limita apenas à física, uma vez que formas de agressão que silenciam, invisibilizam e toleram outras manifestações também são consideradas como atos violentos.

Na dimensão corporal, a violência se materializa na forma de abandono, estupro "corretivos", assassinatos e espancamentos. Ainda que diferentes, as violências corporais e simbólicas se sobrepõem, visando aniquilação, apagamento e silenciamento de sexualidades e expressões de gênero dissidentes do modelo único cis hétero historicamente imposto no Brasil, que ganhou força recentemente com a ascensão de movimentos moralistas anti-LGBT operados pela narrativa de suposta priorização da infância e da família (IPEA, 2021, p.58).

Dessa forma, a essência por trás dessas fatalidades e exclusões sociais é a de que a expressão livre da diversidade é desencorajada, sendo esperado que o indivíduo considerado "diferente" permaneça oculto. Essa invisibilidade tem suas raízes no discurso oficial do poder público, que, por sua vez, fortalece atitudes

preconceituosas e a negação da existência, contribuindo para a propagação da não aceitação da diversidade (Furlani, 2016).

A comunidade LGBT+ é alvo de diversos ataques e desconsiderações sociais, resultantes da recusa em aceitar suas orientações sexuais e/ou identidades de gênero, que são julgadas por alguns como "anormais". Embora se reconheça que a geração atual tenha alcançado progressos na defesa dos direitos básicos desse grupo, as pessoas LGBT+ continuam a enfrentar numerosos desafios para garantir sua sobrevivência e/ou melhorar suas condições de vida com dignidade.

A exemplo disso, apresentamos o contexto educacional. Em geral, os ambientes educacionais ainda não estão prontos para lidar com as várias formas e expressões da sexualidade. Preconceitos e discriminação são frequentemente reproduzidos de forma silenciosa ou explícita, tornando a permanência de pessoas LGBT+ um ato de resistência. Pesquisas mostram que a aversão a esse público é um problema contínuo, que ainda não foi superado.

A escola, como qualquer outra organização, também pode promover violências, ou se omitir diante delas, comprometendo a trajetória escolar e profissional, colocando em risco, por vezes e até para sempre, a vida daquelas cujas orientações sexuais fogem à norma. A escola muitas vezes se silencia frente às várias práticas de bullying homofóbico, as quais podem causar danos físicos, morais e psicológicos (Souza, 2013, p. 40).

Em 2015, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) conduziu um estudo no Brasil sobre estudantes LGBT+ e o ambiente escolar. Publicado em 2016, o estudo revelou que 73% dos jovens identificados como LGBT+ sofreram agressão verbal na escola, devido à sua orientação sexual. Esse é o maior índice entre os cinco países da América Latina, nos quais a pesquisa foi realizada (ABGLT, 2015).

A pesquisa da ABGLT revelou dados importantes sobre a insegurança dos estudantes LGBT+ e como eles se sentem, diante das opressões vivenciadas no

ambiente escolar, identificando a escola como um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, em torno do qual há um quadro de violência relevante a que as pessoas se encontram submetidas, além do fato compor a participação ou omissão familiar, social e do Estado (Souza, 2013).

A entrada no ensino superior é frequentemente percebida como uma conquista pessoal significativa. Por meio de cursos de graduação, os indivíduos têm a oportunidade de se engajar profissionalmente no mercado de trabalho, desempenhando funções alinhadas com suas afinidades. Além de representar uma realização individual, a participação em cursos universitários assume uma dimensão de formação profissional e obtenção de reconhecimento em contextos institucionais.

No entanto, a entrada na Universidade ainda parece ser uma meta inalcançável para alguns, dadas as disparidades existentes entre diferentes grupos étnico-raciais, sexuais, de gênero, socioeconômicos, dentre outros. Aqueles que são marginalizados pela sociedade devido às suas diferenças enfrentam desafios mais identificáveis ao tentar se integrar nos espaços sociais. Ao longo de suas vidas, esses indivíduos se deparam com situações de opressão e tentativas de silenciamento, tornando sua trajetória social e educacional mais árdua.

Para aqueles que nunca experimentaram a vulnerabilidade social, por sorte, entrar e permanecer na Universidade pode ser fácil. Mas para aqueles que enfrentam exclusão social, como a população LGBT+, os desafios são muitos e a tarefa não é tão simples como parece (Santos, 2018).

A questão do preconceito contra a comunidade LGBT+ no ambiente universitário é uma preocupação relevante e multifacetada. A experiência desses indivíduos, muitas vezes é marcada por desafios significativos, que vão desde a discriminação aberta até formas mais sutis de exclusão.

A condição de ser LGBT+ pode afetar a permanência na Universidade devido à discriminação, preconceito e falta de suporte. A vivência da comunidade LGBT+, seja no âmbito familiar, educacional, profissional ou na sociedade em geral, é profundamente marcada pela presença de preconceito e pela negação de sua dignidade humana. Esses obstáculos, alimentados por padrões heteronormativos, misoginia e LGBTfobia, consistentemente frustram as aspirações de liberdade e igualdade. Adicionalmente, os direitos da comunidade LGBT+ têm sido historicamente restringidos, exigindo esforços constantes para assegurar a igualdade. Essa realidade está presente em diversos cenários, incluindo Universidades, mesmo que estejam constituídas por uma parcela da população com níveis mais elevados de instrução e sejam consideradas espaços democráticos (Lima, 2018).

Para a comunidade LGBT+, as oportunidades de se conectar com a Universidade se tornam ainda mais restritas, uma vez que, nas fases que precedem o ensino superior, enfrentam numerosos desafios relacionados ao preconceito e à depreciação.

[...] apesar de não se atribuir à escola o poder e a responsabilidade de explicar as identidades sociais, é importante ressaltar que suas proposições, imposições e proibições constituem parte significativa das histórias de vida de muitas pessoas. Com a suposição de que somente pode haver um tipo de desejo sexual, a escola é um dos espaços mais difíceis para que alguém “assuma” sua orientação homossexual (Jesus, 2015, p. 281).

Em muitas instituições de ensino superior, a presença de estereótipos e preconceitos relacionados à orientação sexual e identidade de gênero pode criar um ambiente hostil para estudantes LGBT+. Comentários ofensivos, piadas discriminatórias e atitudes preconceituosas contribuem para a criação de um clima onde esses (as) estudantes podem se sentir marginalizados e incompreendidos.

Além disso, sabe-se que a formação de pessoas para lidarem com o público LGBT+ é uma necessidade crucial em diversos setores da sociedade, visando

promover a igualdade, combater o preconceito e criar ambientes mais inclusivos. Isso abrange profissionais de áreas diversas, desde atendimento ao cliente e serviços públicos até educadores e profissionais de saúde (Araújo *et al.*, 2023; Borges *et al.*, 2019).

A presença frequente de preconceito, discriminação, interpretação patológica das condições e a falta de reconhecimento do nome social por parte dos profissionais de saúde são fatores que levam muitas pessoas a evitar a busca por cuidados formais (Sahin; Aslan; Emiroglu, 2020).

A comunidade LGBTQ+ enfrenta desafios e obstáculos que comprometem o acesso aos serviços de saúde. A falta de preparo e sensibilidade por parte dos profissionais, nesse cenário, são elementos que reforçam as desigualdades em saúde e a vulnerabilidade dessas pessoas (Costa-Val, 2022).

No Brasil, o atendimento em saúde é realizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que é um sistema público e universal. É composto por uma variedade de serviços e programas de saúde disponíveis para todos, tanto brasileiros quanto estrangeiros, em todo o território nacional. A principal porta de entrada ao SUS são as Unidades de Atenção Primária à Saúde (APS), onde são oferecidos atendimentos clínicos agendados, tratamento de pequenas urgências e encaminhamentos para outros serviços especializados da Rede de Atenção à Saúde.

A Política Nacional de Saúde Integral LGBTQ (PNSI LGBTQ), concebida em 2011, é composta por diretrizes que exigem a implementação de planos, estratégias e metas em saúde. Essa política reconhece os efeitos prejudiciais dos processos discriminatórios, violência e exclusão sobre a saúde da comunidade LGBTQ+ e, com o objetivo de superar essas questões, direciona-se para a promoção da equidade em saúde. Além disso, destaca que a orientação sexual e identidade de gênero são

reconhecidas pelo Ministério da Saúde como determinantes e condicionantes da situação de saúde. Isso ocorre porque a intolerância, estigma e exclusão social podem causar sofrimento e limitar o acesso da população LGBT+ aos serviços de saúde (Brasil, 2013).

O obstáculo do preconceito, que cria barreiras para a comunidade LGBT+ acessar os serviços de saúde, foi abordado nesse contexto. Dado que o acesso já é desafiador, a presença de discriminação tende a afastar ainda mais essas pessoas da APS.

Estudos apontam que a população LGBTQIA+ experimenta dificuldades em comunicar-se com profissionais de saúde, medo em revelar sua identidade de gênero ou orientação sexual, marginalização nas práticas de cuidado em saúde, dentre outras barreiras no acesso aos serviços de saúde (Ferreira *et al.*, 2017).

Ante o exposto e visando mapear sistematicamente a produção de conhecimento sobre as minorias sexuais e de gênero, realizou-se uma revisão de escopo, segundo a metodologia do *Joanna Briggs Institute Reviewer's Manual for Scoping Reviews* (Peters *et al.*, 2017) e os itens e orientações do PRISMA-ScR (Tricco *et al.*, 2018). Assim, para a construção da pergunta da pesquisa foi aplicada a estratégia PCC, que representa uma mnemônica para População, Conceito e Contexto (Munn *et al.*, 2018), definindo para P – minorias sexuais e de gênero, C – preconceito e C – universitário, tendo como questão norteadora: “Quais os preconceitos sofridos por minorias sexuais e de gênero no contexto universitário?”.

As buscas foram realizadas nas bases de dados eletrônicas: LILACS, Medline, Scopus, PubMed, Embase, Cochrane, Web of Science, Periódico CAPES e ERIC, por meio dos descritores preconceito, universidade, minorias sexuais e de gênero nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola, combinados por meio do operador booleano AND.

Foram utilizados como critérios de inclusão: estudos quantitativos, qualitativos, estudos primários, revisões sistemáticas, meta-análises ou meta-sínteses, métodos mistos, consensos, editoriais e *guidelines* que abordassem os preconceitos sofridos pelas minorias sexuais e de gênero no contexto universitário; e excluídos os estudos não encontrados para leitura na íntegra, publicações de opiniões, retrações, websites e propagandas veiculadas em mídias.

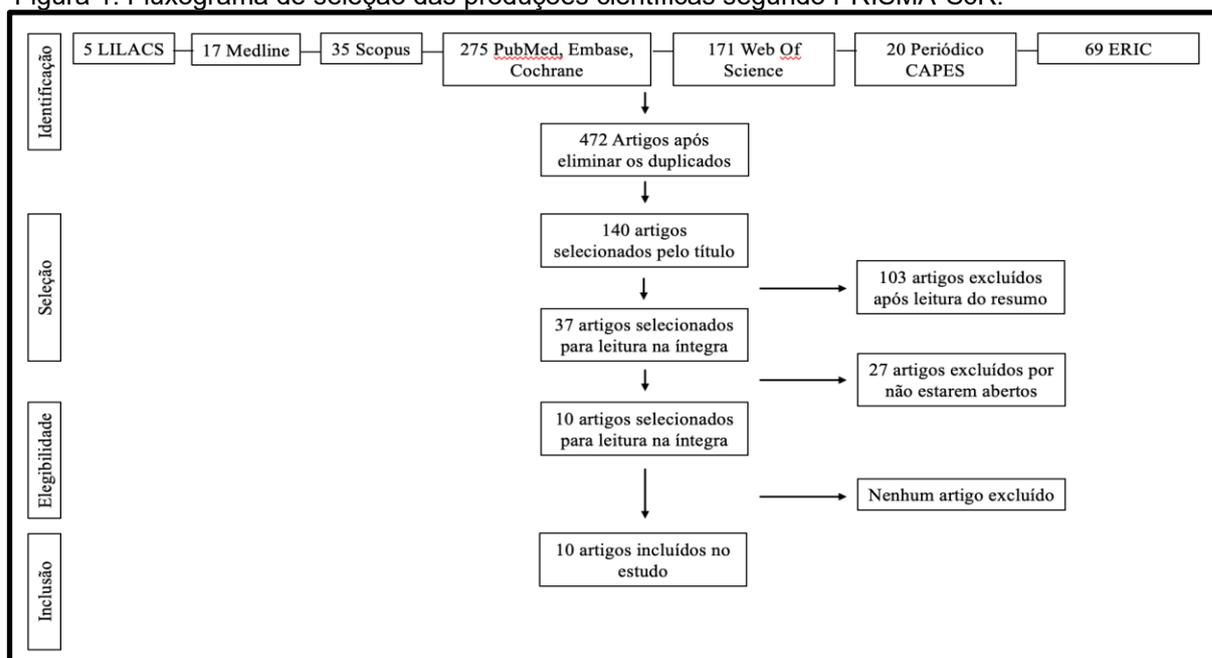
A revisão foi executada sem aplicação de filtros para recorte temporal e as buscas foram realizadas entre os meses de maio a agosto de 2023. Após a pesquisa nas bases de dados, todas as citações identificadas foram importadas para o software Excel® e as duplicatas foram removidas. Para o processo de seleção dos estudos, os títulos e resumos foram analisados por dois revisores independentes. Quando os revisores tiveram dúvidas sobre a relevância de um estudo baseado em seu resumo, a versão completa do texto foi selecionada para ser analisada junto de um terceiro revisor. Os estudos em texto completo que não atenderam aos critérios de inclusão, foram excluídos e os motivos da exclusão, assim como os resultados dos processos de busca e seleção, encontram-se relatados na íntegra conforme o fluxograma PRISMA- ScR abaixo (Tricco *et al.*, 2018).

Os dados extraídos encontram-se apresentados por meio de um resumo narrativo e descritivo, pautando-se nas confluências e divergências encontradas, descrevendo as relações existentes com o objetivo da revisão realizada.

Segundo os critérios de busca, seleção e inclusão, foram encontradas 592 produções científicas, sendo que 120 destas se encontravam duplicadas nas diferentes bases de dados consultadas. Portanto, a pesquisa resultou em 472 produções científicas. Destas, 140 foram selecionadas a partir da leitura do título da produção, levando em consideração, especificamente, a pergunta do estudo. A partir

de então, procedeu-se com a exclusão de 103 produções a partir da leitura dos respectivos resumos, por não se enquadrarem, especificamente, no objeto do estudo, restando com 37 produções científicas para leitura na íntegra. Contudo, destas, apenas 10 se encontravam abertas para leitura na íntegra, sendo, portanto, incluídas no estudo (Figura 1).

Figura 1. Fluxograma de seleção das produções científicas segundo PRISMA-ScR.



Os artigos que compuseram esta revisão de escopo estão descritos no quadro 2 abaixo, conforme instrumento explicitado previamente.

Quadro 2. Sistematização dos artigos que compuseram a amostra final da revisão de escopo.

Autor, Periódico, Ano	País do Estudo	Título do Artigo	Objetivo	Abordagem Metodológica	Conclusões ou Considerações Finais
Paulk et al., Research in Higher Education Journal, 2017	Estados Unidos	An Assessment of Campus Climate in Sexual Minority College Students: Recommendations for Creating an Inclusive Campus	Examinar a associação entre o status de minoria sexual e as percepções dos alunos sobre sua conexão com a universidade, confiança na universidade para mantê-los seguros e confiança nas relações sexuais sistema de denúncia de agressão em sua universidade	Estudo Quantitativo	As implicações das descobertas são discutidas juntamente com recomendações para a criação de um campus inclusivo para atividades de minorias sexuais
Gromer et al., Journal of Gay & Lesbian Social Service, 2013	Barbados	Attitudes toward gay men and lesbians among Barbadian university students	Explorar atitudes em relação a gays e lésbicas entre estudantes universitários de Barbados	Estudo Quantitativo	As atitudes do público em relação aos homossexuais têm implicações para a saúde pública, a discriminação na habitação e no emprego e nas políticas públicas. A investigação futura deve centrar-se particularmente nos profissionais de saúde, uma vez que as suas atitudes em relação aos gays e lésbicas podem ter impacto na auto-revelação do cliente e noutros elementos da relação cliente-fornecedor
Santos Júnior et al., Rev. RECIIS (Online), 2019	Brasil	Coletivo Bee, luta LGBTT e saúde integral: diversidade sexual e de gênero no ambiente universitário	Relatar as circunstâncias e motivações que levaram à criação do movimento “Coletivo Bee – Luta LGBTT” no âmbito da Uncisal, apresentando sua trajetória e ações desenvolvidas na instituição e para a comunidade	Estudo Qualitativo	Conclui sobre a importância na integração de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais à sociedade e, sobretudo, na busca de assegurar o direito ao acesso integral aos serviços da rede pública de saúde e fortalecer a PNSILGBT na formação universitária

<p>Crane et al., Journal of Interpersonal Violence, 2020</p>	<p>Estados Unidos</p>	<p>Come Out, Get Out: Relations Among Sexual Minority Identification, Microaggressions, and Retention in Higher Education</p>	<p>Examinar a relação entre microagressões e considerações de retenção na faculdade</p>	<p>Estudo Quantitativo</p>	<p>As universidades devem esforçar-se por implementar programas em todo o campus que ajudem a minimizar as microagressões, a incentivar a competência cultural e o conforto na sala de aula e a combater o preconceito LGBTQ para melhor apoiar os estudantes nos seus esforços acadêmicos diários. Os estudantes LGBTQ que se sentem seguros e apoiados na sala de aula podem ser protegidos do heterossexismo e do isolamento social e, portanto, podem ter maior probabilidade de perseverar suas atividades acadêmicas</p>
<p>Alonso-Martínez et al., Sustainability, 2021</p>	<p>Reino Unido</p>	<p>English Validation of a Short Scale Designed to Detect Negative Attitudes towards Trans People (EANT)</p>	<p>Realizar um piloto da escala para detecção de Atitudes Negativas em Relação à Pessoas Trans (EANT) em uma população universitária no Reino Unido</p>	<p>Estudo Quantitativo (Validação de Escala)</p>	<p>Este estudo avalia tendências atitudinais e revela como o preconceito sexual ainda está implícito nas nossas sociedades e torna visível a estigmatização e a discriminação das pessoas trans. Estas descobertas apoiam o desenvolvimento de estratégias para lidar com estas predisposições</p>
<p>Carvalhais et al., Revista de Investigação & Inovação em Saúde, 2020</p>	<p>Portugal</p>	<p>Estudantes de enfermagem relativamente à comunidade LGBT: conhecimentos, atitudes e competência cultural</p>	<p>Conhecer as variáveis associadas aos conhecimentos, atitudes e competência cultural dos estudantes de enfermagem portugueses relativos à comunidade LGBT</p>	<p>Estudo Quantitativo</p>	<p>Podemos concluir que os estudantes de enfermagem demonstram necessitar de reforço de conhecimentos, para melhor adequação das atitudes e competências para lidar com a comunidade LGBT</p>

Santos et al., Rev. Estud. Psicol., 2022	Brasil	Preconceito contra diversidade sexual e de gênero e crenças sobre educação sexual entre estudantes universitários	Investigar preconceito contra diversidade sexual e de gênero e crenças sobre educação sexual entre estudantes de cursos de licenciatura de áreas distintas e se há diferenças nas manifestações dessas atitudes e crenças entre ingressantes e concludentes	Estudo Quantitativo	A importância de que haja mais investimentos voltados à conscientização dos estudantes de graduação para que, ao concluírem seus respectivos cursos, apresentem menores níveis desse tipo de preconceito
Guerrero et al., Rev. Psicogente, 2019	Colômbia	Proceso de reconocimiento de la orientación sexual homosexual en estudiantes de una universidad pública	Analisar com perspectiva proativa o processo de reconhecimento da orientação sexual homossexual em estudantes gays e lésbicas de uma universidade pública da cidade de Pasto	Estudo Qualitativo	O processo de reconhecimento da orientação sexual homossexual por que passa uma pessoa pode ser resumido em seis etapas, demonstrando o quanto complexo pode ser reconhecer a si mesmo e ao outro como uma pessoa com sentimentos e desejos por alguém do mesmo sexo. Destaca-se a importância da parte social e familiar, e geram-se posturas críticas enfatizadas na aceitação do outro
Kwak et al., International Journal of Environmental Research and Public Health, 2019	Coreia do Sul	Severity and Influencing Factors of Homophobia in Korean Nursing Students	Mensurar o grau de homofobia em cinco cidades coreanas	Estudo Quantitativo	As maiores taxas de alunos homofóbicos são de homens, religiosos, sem parentes ou conhecidos que se identifiquem como minoria sexual e com baixa autoestima
Calderon et al., Rev. Interdisciplinaria, 2023	Chile	Variables predictoras de la satisfacción vital: Comparaciones entre estudiantes universitarios de minorías sexuales en Chile	Comparar os “níveis de revelação” da orientação sexual, apoio social recebido e satisfação na vida percebida por pessoas com orientação monossexual (gays e lésbicas) ou plurisexual (bissexuais e pansexuais)	Estudo Quantitativo	Além dos diferentes “níveis de revelação” da orientação sexual entre mono e plurisexuais, o estudo também mostra uma associação positiva entre apoio social e satisfação de vida

Fonte: O autor, 2023.

As produções incluídas nesta revisão de escopo foram publicadas entre 2012 e 2023, com maior concentração de publicação no ano de 2019 (30%). As pesquisas foram desenvolvidas nos países: duas no Brasil (20%), duas nos Estados Unidos (20%), uma em Barbados (10%), uma no Reino Unido (10%), uma no Chile (10%), uma na Colômbia (10%), uma na Coreia do Sul (10%) e uma em Portugal (10%). Com relação ao idioma de publicação, uma se encontrava em língua espanhola, duas em língua portuguesa e sete em língua inglesa. Duas (20%) produções utilizaram abordagem qualitativa, sendo uma com fundamentação teórica na fenomenologia hermenêutica e outra no relato de experiência; e oito quantitativas (80%).

Apenas duas produções apresentaram um escopo de estudo mais amplo e não localizado no contexto específico de uma cidade e/ou de uma Universidade (Kwak; Kim; Kim, 2019; Alonso-Martinez *et al.*, 2021). Todas as pesquisas tiveram um caráter de explicitação do preconceito contra minorias sexuais e de gênero no contexto universitário, por meio de diferentes mecanismos, tais como: a identificação, a mensuração e a análise do mesmo. Contudo, nenhuma apresentou, explicitamente, relatos interventivos e/ou estratégias capazes de mitigar essa problemática no meio universitário.

Em se tratando dos resultados alcançados por meio das pesquisas presentes nas produções em questão, tem-se que duas apontaram para o ambiente universitário como um espaço de proteção às minorias sexuais e de gênero (Paulk *et al.*, 2017; Calderón *et al.*, 2023); três trouxeram a rede de apoio como um importante fator protetivo contra o preconceito (Carvalhais *et al.*, 2020; Guerreiro; Pasichaná, 2019; Calderón *et al.*, 2023) e dois estudos identificaram que o grau de escolaridade e, conseqüentemente, a apreensão de conhecimento é inversamente proporcional à

prática do preconceito contra minorias sexuais e de gênero (Carvalhais *et al.*, 2020; Gromer *et al.*, 2013).

Quatro produções científicas confluíram na apresentação de variáveis sociodemográficas sensíveis à prática do preconceito contra minorias sexuais e de gênero, sendo elas: ser do gênero masculino, a religiosidade e ser heterossexual (Gromer *et al.*, 2013; Alonso-Martinez *et al.*, 2021; Carvalhais *et al.*, 2020; Kwak; Kim; Kim, 2019). Dentre essas, uma acrescentou o fato de não possuir membros LGBT+ próximos e a baixa autoestima como variáveis sensíveis à prática do preconceito (Kwak; Kim; Kim, 2019) e outra trouxe a nacionalidade como uma variável também a ser considerada, em se tratando da diversidade de culturas, costumes e leis existentes nos diferentes países do mundo (Alonso-Martinez *et al.*, 2021).

Nas produções científicas que analisaram as áreas de conhecimento com maiores situações de preconceito contra minorias sexuais e de gênero no contexto universitário, houve confluência de que as ciências exatas e da terra e as ciências naturais apresentam maior concentração de preconceito quando comparadas às demais áreas (Santos Júnior *et al.*, 2019; Alonso-Martinez *et al.*, 2021; Santos; Cerqueira-Santos, 2022). Ademais, houve o apontamento da escassez da abordagem das temáticas de gênero e sexualidade nos ambientes universitários e nos cursos da área da saúde (Santos Júnior *et al.*, 2019) e que cursos que contemplam essas temáticas em seus currículos tendem a formar pessoas menos preconceituosas (Santos; Cerqueira-Santos, 2022).

Duas produções apresentaram a aceitação familiar da identidade de gênero e/ou orientação sexual como um fator de grande relevância para a saúde mental de pessoas LGBT+, considerando que é no espaço domiciliar que, normalmente,

acontece o primeiro local de rejeição e preconceito contra minorias sexuais e de gênero (Guerrero; Pasichaná, 2019; Calderón *et al.*, 2023).

E, por fim, apenas uma produção se ateu às especificidades concernentes à prática do preconceito dentro do ambiente da sala de aula e o quanto isso repercute negativamente no desempenho do(a) estudante, comprometendo sua saúde mental, contribuindo com o isolamento social e, até mesmo, ser considerado como um fator crítico para a solicitação de transferência para outra(s) Universidade(s) (Crane *et al.*, 2020).

O quantitativo de produções científicas que utilizam abordagens quantitativas ou qualitativas consiste em uma problemática irrisória, se comparada às decisões pela utilização dessas abordagens, no desenvolvimento das pesquisas científicas. Há dificuldade dos(as) pesquisadores(as) em decidir qual abordagem metodológica será utilizada em uma pesquisa e isso está para além de questões técnicas de sua operacionalização, mas dizem respeito a uma dimensão epistemológica na escolha de uma abordagem que mais se encaixa ao objeto de estudo (Pitanga, 2020).

Com relação ao objeto de estudo desta revisão, soa-nos coerente o desenvolvimento de pesquisas capazes de carregar, em seu bojo, uma perspectiva de transformação da realidade, haja vista a necessidade de ultrapassarmos a lógica do desenvolvimento de pesquisas enunciativas e/ou de denúncia de um problema social – como é o caso do preconceito contra minorias sexuais e de gênero – para o alcance de caminhos e pistas em prol de sua mitigação, nos diferentes contextos, sobretudo, no meio universitário.

Nessa perspectiva, a pesquisa intervenção parece se enquadrar em uma metodologia coerente com o objeto de estudo em questão por colocar a pesquisa e a intervenção como processos indissociáveis, que ocorrem concomitantemente na

compreensão e transformação da realidade (Cavagnoli; Maheirie, 2020). Assim, é possível compreender os movimentos e os modos de existência presentes dentro de um contexto histórico para além de uma fotografia estática, mas em um formato de mapa, que explicita as conexões, a processualidade e as transformações deflagradas pela própria investigação (Cavagnoli; Maheirie, 2020).

No que tange aos resultados alcançados por meio das pesquisas presentes nesta revisão de escopo, foi possível identificar a relevância do ambiente universitário e da rede de apoio como instâncias de proteção às pessoas LGBTQ+. Tais apontamentos coadunam com outras produções científicas, que apontam que o apoio social pode contribuir com a redução do estresse, sobretudo, das minorias sexuais e de gênero e as Universidades são capazes de gerar um ambiente mais protetivo à manifestação das diferentes identidades de gênero e orientação sexual (Verdejo, 2020; Zhao *et al.*, 2021).

Contudo, as Universidades não podem ser consideradas como ambientes estéreis e isentos da prática do preconceito contra minorias sexuais e de gênero. Estudo de revisão de literatura científica de 2011 a 2021 sobre a discriminação contra pessoas LGBTQ+ aponta que estudantes LGBTQ+, em comparação com seus pares heterossexuais e cisgênero, possuem maior probabilidade de sofrer vitimização, altas taxas de absenteísmo, desempenhos mais baixos, percepções mais negativas do ambiente acadêmico e menos pertencentes ao meio (Gato, 2022). Quando expandimos o olhar para uma perspectiva interseccional, ou seja, cruzando o escopo populacional de minorias sexuais e de gênero com raça/etnia minoritária, nível socioeconômico mais baixo, presença de algum grau de deficiência física ou cognitiva e proveniente de zona rural, verifica-se uma situação ainda maior de vulnerabilização, sobretudo, de pessoas não binárias e trans (Kosciw *et al.*, 2018).

Estudo desenvolvido com 18 estudantes de uma Universidade pública do interior do estado de São Paulo identificou que 70% destes(as) relataram ter sofrido e/ou presenciado alguma situação de preconceito com base na orientação sexual ou identidade de gênero e 60% afirmaram ter sofrido preconceito de seus pares, tanto em sala de aula quanto em outros espaços da Universidade (Perassoli; Silva, 2023). Tal fato, coloca a Universidade num local contraditório de ambiente protetivo, mas também suscetível ao preconceito contra minorias sexuais e de gênero.

Com relação às variáveis da prática do preconceito identificadas nas produções científicas que compõem esta revisão de escopo, tais achados coadunam com diversas produções científicas publicadas antes do ano de 2020, mas também se articulam com produções que vêm sendo desenvolvidas em uma perspectiva interseccional, extravasando variáveis únicas em seu processo analítico. A exemplo, um estudo mais recente aponta que pessoas do gênero feminino, negras e homossexuais possuem até seis vezes mais chances de sofrerem preconceito dentro da Universidade do que homens, brancos e heterossexuais (Montrone *et al.*, 2020).

Ainda, estudos internacionais apontam que pessoas que compõem o ambiente universitário tendem a naturalizar o preconceito contra pessoas LGBTQ+. Tal fato pode ser percebido dentro das próprias salas de aula, na presença de professores(as), quando o preconceito não é perpetrado por estes(as) (Gallardo-Neto *et al.*, 2021; Dueñas *et al.*, 2021).

Nesse sentido, mesmo que produza conhecimento científico e inovações tecnológicas, a Universidade segue alheia aos fenômenos que acontecem em seu interior, necessitando que haja detecção das situações de preconceito, ações institucionais que garantam medidas efetivas de prevenção e superação do preconceito contra minorias sexuais e de gênero por meio, por exemplo, do

alinhamento de demandas da população LGBT+ com a gestão universitária, firmando o compromisso no desenvolvimento de processos formativos estruturados baseados em evidências científicas e que sejam capazes de superar o preconceito contra essa população (Ozamiz-Etxebarria *et al.*, 2020; Perassoli; Silva, 2023).

Sabe-se que a saúde mental da população LGBT+ é prejudicada cotidianamente em decorrência do preconceito, afetando a qualidade de vida e o desempenho nas atividades de vida diárias. A LGBTfobia pode gerar sentimentos de autodepreciação, de baixa autoestima, de fracasso pessoal, insegurança, insignificância, incompetência generalizada, inferiorização, repulsa e ódio de si mesmo(a) (Oliveira; Vedana, 2020). Nessa perspectiva, os ambientes não acolhedores, tais como a Universidade e a própria família, podem contribuir com o desencadeamento de transtornos por uso de substâncias, transtornos afetivos e de ideação suicida (Ellis *et al.*, 2020).

4. A SOCIOCLÍNICA INSTITUCIONAL

Para o desenvolvimento desta pesquisa, sobretudo, para o processo de discussão dos dados, utilizou-se da articulação com alguns conceitos que fundamentam a Socioclínica Institucional, entendida como uma proposta em que múltiplas estratégias de produção e análise de dados são utilizadas com a finalidade de provocar a análise das instituições que estão relacionadas com o objeto investigado (Monceau, 2013).

A Socioclínica Institucional consiste em uma vertente da Análise Institucional, que utiliza de um percurso e tempo para o seu desenvolvimento mais duradouro, seja na relação com o campo de análise (sistema de referência teórica adotada pelo pesquisador), seja com o campo de intervenção (análise das condições em que será realizada a intervenção) (Lourau, 1993). Considera-se a necessidade de haver uma inter-relação e interpenetração dinâmica desses dois campos ao longo da pesquisa (Monceau, 2013, 2017).

A Análise Institucional (AI) se constituiu na França, nas décadas de 1960 e 1970, a partir de um conjunto de disciplinas e movimentos que ocorreram na sociedade francesa nos anos 1940 e 1950 com as intervenções no meio pedagógico e instituições psiquiátricas.

As primeiras intervenções socioanalíticas foram lideradas por Lourau e Lapassade na década de 1960, quando colocavam em análise as instituições envolvidas em qualquer estabelecimento/organização, escolas ou manicômios (Fortuna *et al.*, 2014).

No Brasil, a Análise Institucional surgiu nos anos 1970, durante o regime da ditadura militar, da crise econômica no setor da saúde e no contexto do nascimento da Reforma Sanitária. Introduziu-se junto a alguns departamentos e grupos de

pesquisa de universidades brasileiras e de outras organizações, com a vinda de Lapassade à Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e Lourau, por ocasião de um Simpósio Internacional no Rio de Janeiro, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (L'Abbate, 2003).

A Análise Institucional opera mediante três modalidades: 1) Pesquisas teóricas e históricas (trabalhos epistemológicos e conceituais e também sócio-históricos); 2) Pesquisas empíricas com a utilização de observações de campo, entrevistas etc., e, 3) Socioanálise, ou seja, a análise em situação, quando um socioanalista realiza uma intervenção, atendendo a uma encomenda de um grupo ou organização (Savoie, 2007).

A proposta da AI em sua vertente socioanalítica fundamenta-se na necessidade de ampliação do conhecimento acerca de fatos no passado, mas que ainda possuem repercussão no presente (Savoie, 1988, 2003, 2007).

A análise dos processos de institucionalização de uma práxis social, supõe uma referência à sua história que pode ser recente (história imediata) ou antiga (história moderna, história contemporânea) abordada na perspectiva da longa ou da curta duração.

Desta forma, esse tipo de investigação se propõe a produzir junto com os coletivos e a intervir buscando transformações e análises com as pessoas envolvidas. Para isso, faz-se necessário compreender cinco conceitos relevantes para a Socioclínica Institucional:

- instituição – que tem uma dimensão aparente que se materializa na organização e uma dimensão imaterial, constituída pelas normas, regras e leis construídas e estabelecidas socialmente (Lourau, 2014). Para a Socioclínica

Institucional, a instituição está ligada à dialética hegeliana, constituída por três momentos: instituído (tese), instituinte (antítese) e institucionalização (síntese);

- instituído – que estão sedimentados, estabilizados e que evidenciam a instituição (Lourau, 2014);

- instituinte – que movimenta e transforma o que se encontra instituído (Lourau, 2014);

- institucionalização – é a relação entre o instituído e o instituinte, que não se constituem dualidade entre dois opostos, mas que pode resultar ou não na acomodação e conservação de um novo instituído (Lourau, 2014).

- Trabalho dos analisadores – estes correspondem àquilo que se tornam reveladores de algo que se encontrava latente, possuindo o efeito de “revelar a estrutura da organização, provocá-la, forçá-la a falar” (Lourau, 2014). Constituem-se em elementos que movimentam o grupo e fazem o trabalho de análise, por explicitar as instituições mais presentes, os processos instituídos e os movimentos instituintes (Lourau, 2014; Cebalho *et al.*, 2022).

São diversos os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos na perspectiva da Socioclínica Institucional, demonstrando a efetividade no alcance de intervenções capazes de transformar as realidades, por meio da utilização de estratégias coletivas e de construção de caminhos e resultados conjuntos (Borges *et al.*, 2019; Borges; Silva, 2020; Cebalho *et al.*, 2022; Rézio *et al.*, 2022).

5. MÉTODO

5.1. Tipo de Estudo

Trata-se de um estudo de abordagem quantitativa, analítica, exploratória e transversal. A pesquisa quantitativa se baseia na objetividade e representa um retrato da população estudada. Esse tipo de investigação utiliza a estatística para explicar as relações entre as variáveis e descrever as causas de um fenômeno (Fonseca, 2002). As pesquisas analíticas envolvem o estudo e avaliação aprofundados de informações disponíveis na tentativa de explicar o contexto de um fenômeno.

5.2. Local do estudo

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) foi escolhida como local deste estudo por ser reconhecida por seu vanguardismo acadêmico, além de ter o olhar sensível à diversidade e suas potencialidades. Repleta de culturas e os mais variados jeitos de ser e estar no mundo, a diversidade está estampada na UFSCar, por meio dos saberes étnico-culturais e sotaques; também por contar, desde 2015, com uma Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade - SAADE, vinculada à Reitoria da UFSCar, e que é responsável pelo estabelecimento e implementação de políticas de ações afirmativas, diversidade e equidade para a Universidade (UFSCar, 2022a).

A UFSCar - Campus São Carlos, está situada às margens da Rodovia Washington Luís; possui três Centros, nos quais estão alocados mais de 30

Departamentos Acadêmicos, que oferecem cerca de 40 cursos de graduação (UFSCar, 2022a).

A Universidade está organizada a partir de instâncias representativas eleitas democraticamente, que deliberam a partir de conselhos gestores compostos por representantes de todas as esferas de pessoal presentes e envolvidas na organização. Além disso, conta em seu organograma com Pró-Reitorias e Centros Administrativos que visam setorializar questões burocráticas e administrativas universitárias, buscando uma contínua articulação entre elas.

A comunidade acadêmica, em março de 2022, era composta por 14.426 estudantes matriculados em cursos de graduação presenciais, 4.889 estudantes matriculados em programas de pós-graduação *stricto sensu*, 989 técnicos administrativos e 1.261 docentes (UFSCar, 2022b).

5.3. Participantes do estudo

Foi incluída neste estudo toda a comunidade docente da UFSCar, independente do Departamento ou *campi* ao qual pertencem, totalizando 1.261 docentes.

Todos os docentes foram convidados, por e-mail, a participar do estudo. A amostra foi constituída por conveniência, de acordo com o número de docentes que preencheram o formulário virtual. Foram realizados sucessivos convites, encaminhados mensalmente, durante o período de coleta dos dados (maio a dezembro de 2023). Foram recebidos 105 questionários respondidos. Embora não tenha ocorrido recusa formal em participar do estudo, houve dificuldade em conseguir a adesão dos docentes, apesar das diversas tentativas de contato.

5.4. Instrumentos e Procedimentos de Coleta de dados

Os dados deste estudo foram coletados por meio de um formulário online, contendo um questionário sociodemográfico (APÊNDICE I) e a Escala de Preconceito contra Diversidade Sexual e de Gênero (EPDSG), validada e adaptada à realidade brasileira no que tange à avaliação do preconceito contra minorias sexuais e de gênero (ANEXO I) (Costa et al., 2016). Para isso, foi utilizada a plataforma Google Formulários - aplicativo gratuito de gerenciamento de pesquisas que pertence ao pacote Google Drive, disponível para todo e qualquer usuário de contas Google e que pode ser acessado por meio de diferentes plataformas, até mesmo pelo celular (Google, 2021).

Optou-se pela utilização do ambiente virtual, e-mail institucional e o sistema de informação disponibilizado pela UFSCar (InfoRede), com envio de e-mails com o link da pesquisa, pois acreditou-se que, de acordo com Faleiros *et al.* (2016), as pesquisas online trazem mais conforto e praticidade aos participantes, o que poderia aumentar o número de respostas obtidas.

O questionário sociodemográfico é um instrumento que permite coletar informações gerais de um determinado grupo de pessoas, como: gênero, faixa etária, estado civil, dentre outros.

Já a EPDSG é uma escala que viabiliza uma forma culturalmente sensível de medir a expressão máxima do preconceito contra diversidade sexual e de gênero (Costa; Bandeira; Nardi, 2015), elaborada a partir de revisões sistemáticas sobre homofobia e sexismo (Costa *et al.*, 2013a) e outra sobre instrumentos que mediam homofobia e outros conceitos correlatos (Costa *et al.*, 2013b). É um instrumento com

16 proposições, cujas respostas são distribuídas em uma escala Likert de 5 pontos (1 = discordo totalmente; 5 = concordo totalmente).

O período de coleta dos dados foi entre maio e dezembro de 2023. O processo de coleta de dados ocorreu com os docentes que aceitaram participar voluntariamente do estudo, respondendo ao questionário, disponível no link do e-mail encaminhado.

5.5. Análise dos dados

As respostas do questionário *online* foram armazenadas em uma planilha no programa Microsoft Excel, com dupla verificação e exportadas para o *software* SAS, versão 9.4, onde foi realizada a análise descritiva para caracterizar a amostra. Em seguida, foi realizada a análise da EPDSG que, por se tratar de uma escala *Likert*, foi feito o cálculo do Ranking Médio (RM) proposto por Oliveira (2005), que tem por objetivo mensurar o grau de concordância ou discordância de cada questão avaliada. Por meio do Ranking Médio da pontuação atribuída às respostas (no caso, de 1, discordo totalmente a 5, concordo totalmente), foi calculada a média ponderada para cada item relacionado à frequência das respostas das pessoas participantes.

Inicialmente os dados foram descritos por meio de frequências absolutas e percentuais e de medidas como média, desvio-padrão, mínimo, mediana e máximo.

Após inverter a pontuação do item "Eu iria a um bar frequentado por travestis", o escore total da EPDSG foi calculado somando a pontuação de todos os itens, de forma que o valor mínimo possível fosse 16 e o máximo 80.

Para analisar a associação das variáveis de interesse com o escore total da EPDSG foi utilizado o modelo de regressão com distribuição binomial-negativa e função de ligação logarítmica ajustado (Cameron; Trivedi, 1998), dado que esses

desfechos são variáveis quantitativas discretas e não contínuas. A partir das estimativas do modelo, foram calculados o aumento (ou a redução) relativo na média a partir da expressão $AR(\beta) = [\exp(\beta) - 1] * 100\%$. Também foi utilizado o pós-teste de Tukey para as comparações múltiplas envolvendo variáveis independentes qualitativas com mais de dois níveis, como faixa etária.

Todos os gráficos apresentados foram feitos com o auxílio do software *RStudio*, versão 2023.12.0.369 e, as análises, por meio do SAS 9.4. Para todas as comparações adotou-se um nível de significância de 5% ($p < 0,05$).

5.6. Procedimentos éticos

As normas e diretrizes para pesquisas envolvendo seres humanos do Conselho Nacional de Saúde (CNS) foram atendidas, de acordo com a Resolução nº 510/2016. O projeto do estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSCar e pode ser conferido por meio do Certificado de Apresentação para Apreciação (CAAE) nº 64624622.9.0000.5504 e parecer nº 5.954.087.

Após manifestação de concordância em participar da pesquisa, procedeu-se à apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE II) disponível na primeira página do formulário a ser preenchido; estando o participante em conformidade com as orientações do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSCar e registrando seu aceite, as demais questões foram apresentadas para preenchimento.

Vale frisar que antes do início da coleta e produção dos dados, os pesquisadores apresentaram os objetivos do estudo, explanando que a identidade e as informações fornecidas seriam mantidas em sigilo (respeitando-se a Resolução CNS 510/16), esclarecendo possíveis dúvidas dos participantes a respeito da

pesquisa e, posteriormente, solicitando a sua participação. Caso este não concordasse em participar, nenhum dano seria impetrado contra ele e, simplesmente, o formulário eletrônico poderia ser fechado. Somado a isso, foi disponibilizada uma cópia do TCLE ao participante, por e-mail, obedecendo a maneira mais oportuna identificada por ele, contendo a assinatura do pesquisador responsável por esta pesquisa.

6. RESULTADOS

Participaram da pesquisa 105 docentes da UFSCar, que responderam à EPDSG. Contudo, nem todos(as) docentes responderam ao questionário sociodemográfico corretamente, atribuindo os valores relativos e absolutos às variáveis deste questionário conforme consta na tabela 1.

Tabela 1: Caracterização dos participantes

Variável	N=105
<i>Idade</i>	
n	103
Média (DP)	49,03 (9,91)
Mediana (Mín-Máx)	49 (31-73)
<i>Faixa etária</i>	
	n (%)
<40	23 (22,33%)
Entre 40 e 60	68 (66,02%)
>60	12 (11,65%)
Missings	2
<i>Estado Civil</i>	
	n (%)
Casado(a)	52 (50,49%)
Divorciado(a)	9 (8,74%)
Solteiro(a)	19 (18,45%)
União estável	23 (22,33%)
Missings	2
<i>Estado Civil</i>	
	n (%)
Com companheiro	75 (72,82%)
Sem companheiro	28 (27,18%)
Missings	2
<i>Identidade de Gênero</i>	
	n (%)
Homem cisgênero	52 (49,52%)
Mulher cisgênero	53 (50,48%)
<i>Orientação Sexual</i>	
	n (%)
Bissexual	2 (1,9%)
Heterossexual	86 (81,9%)
Homossexual	15 (14,29%)
Pansexual	2 (1,9%)
<i>Heterossexual</i>	
	n (%)
Não	19 (18,1%)

Sim	86 (81,9%)
<i>Raça/Cor</i>	
	n (%)
Amarelo(a)	2 (1,9%)
Branco(a)	93 (88,57%)
Pardo(a)	10 (9,52%)
<i>Campus</i>	
	n (%)
Lagoa do Sino	6 (5,77%)
Sorocaba	8 (7,69%)
São Carlos	90 (86,54%)
Missings	1
<i>Atua como docente na UFSCar há quantos anos</i>	
	n (%)
n	104
Média (DP)	12,62 (9,18)
Mediana (Mín-Máx)	10,5 (0-46)
<i>Atua como docente na UFSCar há quantos anos</i>	
	n (%)
5 anos ou menos	25 (24,04%)
Mais de 5 anos	79 (75,96%)
Missings	1

Fonte: O autor, 2024.

Como a coleta de dados se deu por meio de formulário eletrônico, foi possível a participação de docentes de diferentes *campi* da UFSCar - São Carlos, Sorocaba e Lagoa dos Sinos - sendo a maioria (85,7%) do campus São Carlos. Não houve participação de docentes do campus de Araras, apesar da divulgação por correio eletrônico ter se dado de maneira semelhante: disparado e-mail convite via InfoRede e/ou aos departamentos dos respectivos *campi*.

Com relação à descrição da associação entre os dados sociodemográficos e o preenchimento da EPDSG, obteve-se os valores relativos e absolutos apresentados na Tabela 2:

Tabela 2: Associação - dados sociodemográficos e preenchimento da EPDSG

<i>Faixa etária</i>		
<40 (n=23)	17,74 (3,17)	16 (16-30)
Entre 40 e 60 (n=68)	19,53 (6,42)	17 (16-52)
>60 (n=12)	20,25 (5,33)	18,5 (16-31)

<i>Estado Civil</i>		
Com companheiro (n=75)	19,32 (5,88)	17 (16-52)
Sem companheiro (n=28)	19,5 (7,29)	16 (16-49)
<i>Identidade de Gênero</i>		
Homem cisgênero (n=52)	19,92 (6,5)	17 (16-52)
Mulher cisgênero (n=53)	19,06 (6,32)	16 (16-49)
<i>Heterossexual</i>		
Não (n=19)	17,26 (1,66)	16 (16-20)
Sim (n=86)	19,98 (6,93)	17 (16-52)
<i>Raça/Cor</i>		
Branco(a) (n=93)	19,46 (6,51)	17 (16-52)
Não branco(a) (n=12)	19,67 (5,6)	16,5 (16-31)
<i>Anos de atuação como docente na UFSCar</i>		
5 anos ou menos (n=25)	17,56 (3,1)	16 (16-30)
Mais de 5 anos (n=79)	19,72 (6,25)	17 (16-52)

Fonte: O autor, 2024.

Portanto, preencheram a EPDSG, 53 mulheres cisgênero e 52 homens cisgênero. Dentre os(as) participantes, a maioria apresentava idade entre 40 e 60 anos, possuía companheiro(a), heterossexual, autodeclarado(a) branco(a) e atuava na UFSCar há mais de cinco anos.

Ainda, em se tratando das respostas a EPDSG, obteve-se os seguintes resultados descritivos:

Tabela 3: Respostas à EPDSG

Item	N=105
<i>Escore total</i>	
n	105
Média (DP)	19,49 (6,39)
Mediana (Mín-Máx)	17 (16-52)
<i>Sexo entre dois homens é totalmente errado</i>	
	n (%)
Discordo totalmente	92 (87,62%)
Discordo um pouco	0 (0%)
Não concorda nem discorda	12 (11,43%)
Concorda um pouco	0 (0%)
Concorda totalmente	1 (0,95%)
<i>Eu acho que os homens gays são nojentos</i>	
	n (%)
Discordo totalmente	102 (97,14%)

Discordo um pouco	1 (0,95%)
Não concorda nem discorda	1 (0,95%)
Concorda um pouco	1 (0,95%)
Concorda totalmente	0 (0%)
<i>A homossexualidade masculina é uma perversão</i>	n (%)
Discordo totalmente	100 (95,24%)
Discordo um pouco	1 (0,95%)
Não concorda nem discorda	4 (3,81%)
Concorda um pouco	0 (0%)
Concorda totalmente	0 (0%)
<i>Sexo entre duas mulheres é totalmente errado</i>	n (%)
Discordo totalmente	93 (88,57%)
Discordo um pouco	0 (0%)
Não concorda nem discorda	11 (10,48%)
Concorda um pouco	0 (0%)
Concorda totalmente	1 (0,95%)
<i>Eu acho que as mulheres lésbicas são nojentas</i>	n (%)
Discordo totalmente	103 (98,1%)
Discordo um pouco	0 (0%)
Não concorda nem discorda	1 (0,95%)
Concorda um pouco	1 (0,95%)
Concorda totalmente	0 (0%)
<i>Travestis me dão nojo</i>	n (%)
Discordo totalmente	99 (94,29%)
Discordo um pouco	2 (1,9%)
Não concorda nem discorda	3 (2,86%)
Concorda um pouco	1 (0,95%)
Concorda totalmente	0 (0%)
<i>Os homens que se comportam como mulheres deveriam se envergonhar</i>	n (%)
Discordo totalmente	97 (92,38%)
Discordo um pouco	4 (3,81%)
Não concorda nem discorda	3 (2,86%)
Concorda um pouco	1 (0,95%)
Concorda totalmente	0 (0%)
<i>Os homens que depilam suas pernas são estranhos</i>	n (%)
Discordo totalmente	94 (89,52%)
Discordo um pouco	1 (0,95%)
Não concorda nem discorda	6 (5,71%)
Concorda um pouco	4 (3,81%)
Concorda totalmente	0 (0%)
<i>Eu não consigo entender por que uma mulher se comportaria feito</i>	n (%)
Discordo totalmente	89 (84,76%)

Discordo um pouco	5 (4,76%)
Não concorda nem discorda	7 (6,67%)
Concorda um pouco	3 (2,86%)
Concorda totalmente	1 (0,95%)

As crianças deveriam brincar com brinquedos apropriados para seu próprio sexo

	n (%)
Discordo totalmente	89 (84,76%)
Discordo um pouco	4 (3,81%)
Não concorda nem discorda	6 (5,71%)
Concorda um pouco	3 (2,86%)
Concorda totalmente	3 (2,86%)

As mulheres que se veem como homens são anormais

	n (%)
Discordo totalmente	95 (90,48%)
Discordo um pouco	5 (4,76%)
Não concorda nem discorda	4 (3,81%)
Concorda um pouco	0 (0%)
Concorda totalmente	1 (0,95%)

Operações de mudança de sexo são moralmente erradas

	n (%)
Discordo totalmente	95 (90,48%)
Discordo um pouco	3 (2,86%)
Não concorda nem discorda	5 (4,76%)
Concorda um pouco	1 (0,95%)
Concorda totalmente	1 (0,95%)

As meninas masculinas deveriam receber tratamento

	n (%)
Discordo totalmente	95 (90,48%)
Discordo um pouco	2 (1,9%)
Não concorda nem discorda	6 (5,71%)
Concorda um pouco	1 (0,95%)
Concorda totalmente	1 (0,95%)

Os homens afeminados não me deixam à vontade

	n (%)
Discordo totalmente	94 (89,52%)
Discordo um pouco	6 (5,71%)
Não concorda nem discorda	3 (2,86%)
Concorda um pouco	2 (1,9%)
Concorda totalmente	0 (0%)

Eu iria a um bar frequentado por travestis

	n (%)
Discordo totalmente	6 (5,71%)
Discordo um pouco	8 (7,62%)
Não concorda nem discorda	12 (11,43%)
Concorda um pouco	10 (9,52%)
Concorda totalmente	69 (65,71%)

As mulheres masculinas não me deixam à vontade

	n (%)
--	-------

Discordo totalmente	95 (90,48%)
Discordo um pouco	5 (4,76%)
Não concorda nem discorda	4 (3,81%)
Concorda um pouco	1 (0,95%)
Concorda totalmente	0 (0%)

Fonte: O autor, 2024.

Chama atenção as respostas à penúltima pergunta da EPDSG, onde apenas 65,71% dos(as) docentes iriam a um bar frequentado por travestis.

A partir da análise por regressão, identificou-se o que segue nas tabelas 4 e 5:

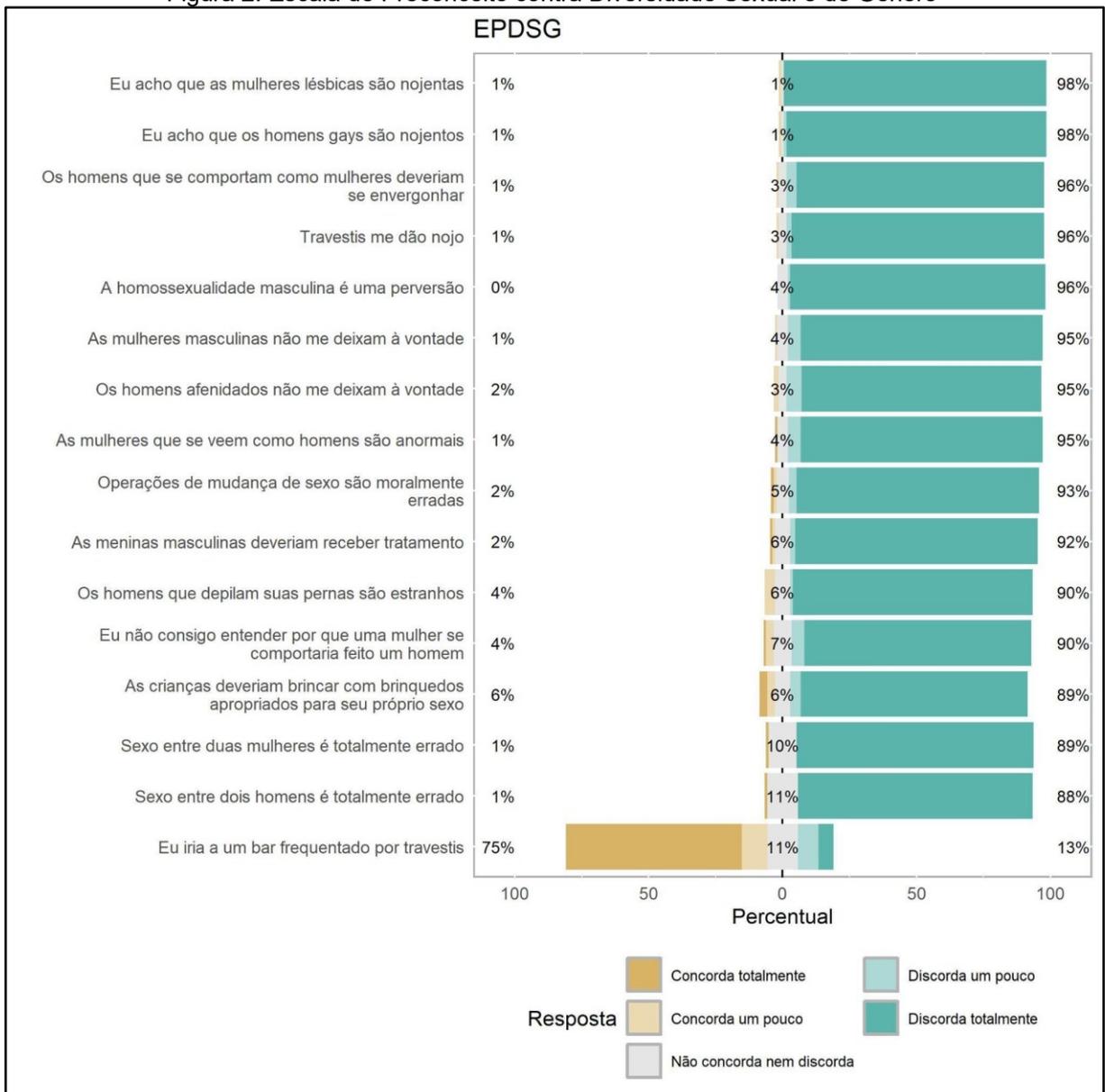
Tabela 4: Associações das variáveis de interesse com o escore total da escala EPDSG

Variável	Efeito**	Intervalo de confiança (95%)		Valor-p
Idade*	1,00	0,99	1,01	0,64
Estado civil (Com vs Sem companheiro)	1,02	0,90	1,15	0,78
Identidade de Gênero (Homem cis vs Mulher cisgênero)	1,14	1,02	1,26	0,02
Heterossexual (Não vs Sim)	0,88	0,76	1,04	0,13
Raça (Branco vs Não branco)	0,95	0,80	1,12	0,55
Anos de atuação como docente na UFSCar*	1,00	0,99	1,01	0,79

Fonte: O autor, 2024.

Os dados acima demonstram que professores com identidade de gênero masculina, possuem maior probabilidade de serem preconceituosos contra pessoas LGBT+ do que mulheres cis.

Figura 2: Escala de Preconceito contra Diversidade Sexual e de Gênero



Fonte: Autor, 2024.

7. DISCUSSÃO

Numa sociedade com fortes características conservadoras, é essencial considerar as diversas manifestações humanas, sem, no entanto, ignorar as raízes históricas do Brasil. O passado de nosso país, caracterizado pela escravatura e pelas relações de senhorio, exerceram grande influência na formação da sociedade capitalista atual, marcada pela dependência econômica, estratificação de classes, preconceito e pela presença de valores cis-hetero-patriarcais (Vicentini; Hakime, 2021).

A identificação de que professores homens cisgêneros tendem a ser mais preconceituosos do que professoras mulheres cisgêneras coaduna com pesquisas internacionais realizadas no ambiente universitário (Gromer et al, 2013; Alonso-Martinez et al., 2021; Carvalhais *et al.*, 2020; Kwak; Kim; Kim, 2019). Tais estudos, identificaram que ser do sexo masculino e heterossexual são variáveis relevantes na perpetração do preconceito contra pessoas LGBTQ+ dentro do ambiente universitário.

Esse modelo hétero-cis-normativo instituído na sociedade contemporânea faz com que a sexualidade, enquanto instituição, esteja sempre voltada e orientada para essa “lógica” hegemônica. Forças instituintes, capazes de provocá-la e/ou desterritorializá-la em prol de um novo processo de institucionalização vêm acontecendo periodicamente, mas não sem sofrimento, violência e crimes de ódio.

O Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTQ+ do mundo, seguido do México e Estados Unidos (NAMI, 2016). Segundo o observatório de mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil, em 2021, existiram 207 mortes, sendo 187 assassinatos e 18 suicídios de pessoas LGBTQ+. Em 2023, esse número aumentou para 230 mortes, sendo 184 assassinatos, 18 suicídios e 28 outras causas, ou seja, o Brasil assassinou um LGBTQ+ a cada 38 horas no ano de 2023 (Michels; Mott, 2023).

Diante desse cenário, cabem aos(às) formadores(as) universitários a quebra desse círculo de intolerância, estigmatização e exclusão social capazes de gerar sofrimento e limitação de acesso e permanência da população LGBTQ+ (Brasil, 2013) ao ensino universitário.

Outro achado relevante desta pesquisa consiste no incômodo de professores(as) irem a ambientes frequentados por travestis. Sabe-se que a expressão de gênero feminina, manifestada pelas travestis, é algo que provoca o que se encontra instituído na sexualidade humana, que segue um “modelo” machista, binário, cis-hetero-normativo. O processo de inferiorização do que é feminino ou expresso de forma feminina em detrimento da masculina nada mais é do que um analisador, que coloca em evidência o machismo estrutural institucionalizado em nossa sociedade cis-hétero-patriarcal.

Esses estereótipos de gênero consistem em simplificações de características e papéis atribuídos aos homens e mulheres, moldados pelo sistema capitalista de produção. Essas representações impõem padrões instituídos, como a submissão feminina e a dominância masculina, aplicando mecanismos de opressão a quem não se enquadra na hetero-cis-normatividade, como é o caso da marginalização compulsória das travestis (Avelar et al, 2022; Gonçalves, Trujillo, 2020). Dessa forma, os estereótipos perpetuam o status quo social e econômico, influenciando diversos aspectos da vida com normas de feminilidade e masculinidade que moldam comportamentos, relacionamentos, expectativas sociais e escolhas profissionais alinhadas com o patriarcado, sexismo, racismo e outros preconceitos estruturais.

Historicamente, tem-se que o conhecimento científico e a educação universitária contribuíram com o aumento dos movimentos feministas e humanitários, que visam dismantelar a noção de subordinação e a visão da mulher como mero

objeto do homem, sobretudo, a partir das lutas feministas dos anos 80. Apesar dos avanços alcançados, ainda persiste uma considerável desvalorização das mulheres, evidenciada principalmente pela violência e pela objetificação do sexo feminino na sociedade contemporânea (Scott, 1995).

A violência contra a figura feminina, um problema social enraizado por séculos, tem suas raízes nessa disparidade de gênero e dinâmica de poder. Os discursos e comportamentos machistas são sustentados por contextos históricos, que perpetuam a subordinação feminina, resultando em estatísticas alarmantes sobre diversas formas de violência de gênero, sobretudo, quando estas são analisadas a partir de uma perspectiva interseccional (Collins, 2019).

Desta forma, o incômodo e a falta de reconhecimento da existência da população trans é constantemente sustentada pela compreensão baseada no patriarcado, no machismo e no sexismo, que predominam nos diferentes contextos das relações humanas, e que ecoam frequentemente nos diferentes serviços e organizações (como as de saúde), apesar dos avanços propostos pela Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNLGBT) (Silva *et al.*, 2023).

Assim, para garantir um acesso justo e sem discriminação, é essencial integrar as questões de diversidade sexual e de gênero na formação tanto inicial quanto continuada dos(as) professores(as), assegurando a construção de um ambiente diverso e onde, mesmo havendo discordância, os grupos e pessoas possam coexistir se respeitando.

8. CONCLUSÃO

Ainda é perceptível a existência de preconceito contra a diversidade sexual e de gênero perpetrada por docentes no contexto universitário. Tal fato, está intimamente relacionado à questão de gênero, onde professores homens cisgênero demonstram ser mais preconceituosos do que professoras mulheres cisgênero. Somado a isso, foi possível perceber o desconforto desses(as) na convivência de espaços frequentados por travestis, colocando em evidência a hegemonia do machismo estrutural e da violência de gênero, que busca pela negação e/ou apagamento daquilo que se manifesta como feminino nos diferentes contextos sociais.

Os achados da presente pesquisa não têm a pretensão de ser generalizável, mas corrobora com outras pesquisas de mesmo escopo desenvolvidas em outras realidades internacionais. Dessa forma, contribui diretamente com a evidência de que professores homens cisgênero tendem a ser mais preconceituosos contra pessoas LGBTQ+ do que professoras mulheres cisgênero.

Em suma, a presente pesquisa aponta para a necessidade de investigações voltadas às relações e violências de gênero, abrindo brecha para um maior aprofundamento em estudos que analisem a expressão de gênero como um determinante de práticas preconceituosas no contexto universitário e outros contextos sociais. Ainda, a necessidade de desenvolvimento de pesquisas-intervenção, capazes de intervirem na realidade ao mesmo tempo em que dados de pesquisa são produzidos.

9. REFERÊNCIAS

ABGLT. Relatório da Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. **Pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil 2016**: As Experiências de Adolescentes e Jovens LGBT em nossos Ambientes Educacionais. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2016/03/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>. Acesso em: 03 ago. de 2023.

ALONSO-MARTÍNEZ, L. *et al.* English validation of a short scale designed to detect negative attitudes towards trans people (EANT). **Sustainability**, v. 13, n. 3760, p. 1-21, 2021. Available from: <https://doi.org/10.3390/su13073760>. Access in: 11 mar. 2024.

ARAUJO W. M. *et al.* Nursing students' perceptions of teaching health care to LGBTQIA+ people. **Rev Rene**. 2023;24:e83198. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.15253/2175-6783.20232483198>. Acesso em: 01 dez. 2023.

ADORNO, T. W. *et al.* **La Personalidade Autoritária**. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1965.

ALMEIDA, S. K. R. *et al.* As práticas educativas e seus respectivos impactos na prevenção da gravidez na adolescência. **Brazilian Journal of Health Review**, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 9787–9800, 2021. DOI: 10.34119/bjhrv4n3-017. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/29270>. Acesso em: 6 apr. 2024.

ALLPORT, G. W. Some Roots of Prejudice. **Journal of psychology: Interdisciplinary and Applied**, v. 22, n. 1, p. 9–39, 1946.

ANDRADE, T.S.M. O relacionamento homoerótico na Grécia Antiga: uma prática pedagógica. **Faces da História**, v. 4, n. 2, p. 58–72, 2018. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/271>. Acesso em: 6 abr. 2024.

Avelar R.B. *et al.* (Trans)gressing prejudices? The scarcity of transvestites and transsexuals in the world of work. **Historiae** [Internet]. 2022 Available from: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/12740>. Access in: 12 abr.2024.

BALESTRO, G.S.; BAHIA, A.M.F.M. Minorias sexuais e homofobia no direito brasileiro: breves delineamentos constitucionais. **Revista Videre** Dourados, MS, v.10, n.19, p. 148-176, jan./jun. 2018. Disponível em: https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/11286/1/ARTIGO_MinoriasSexuaisHomofobia.pdf. Acesso em: 10 out. 2023.

BANDEIRA, L.; BATISTA, A. S. Preconceito e discriminação como expressões de violência. **Rev. Estud. Fem.** [online], v. 10, n. 1, p. 119-141, 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100007>. Acesso em: 12 out. 2023.

BORDIANO, G. *et al.* COVID-19, vulnerabilidade social e saúde mental das populações LGBTQIA+. **Cad. Saúde Pública**, n. 37, 2021. Doi: 10.1590/0102-311X00287220. Acesso em: 21 fev. 2024.

BORGES, F.A. *et al.* A análise de implicação profissional como um dispositivo de educação permanente em saúde. **Rev Latino-Am Enfermagem**, n.27, 2019. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.3114.3189>. Acesso em: 21 fev. 2024.

BORGES, F.A.; SILVA, A.R.N. O diário de pesquisa como instrumento de acompanhamento da aprendizagem e de análise de implicação do estudante/pesquisador. **Interface Com Saúde Educ.** 2020; 24: e190869 <https://doi.org/10.1590/Interface.190869>

BORRILLO, D. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

BORTOLETTO, G. E. **LGBTQIA+**: identidade e alteridade na comunidade. 2019. 32f. Trabalho de Conclusão de Curso. Pós-graduação em Gestão de Produção Cultural. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Acesso em: 02 dez. 2023.

BRAUN, H. M. *et al.* The LGBTQI Health Forum: an innovative interprofessional initiative to support curriculum reform. **Med Educ Online**. [Internet]. 2017 [cited 2022 Mar 18];22(1):1-8. Available from: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10872981.2017.1306419>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas Públicas e Saúde. Coordenação Nacional de DST e Aids. **Guia de prevenção das DST/AIDS e cidadania para homossexuais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

CALASANTI, T.; GILES, S. The Challenge of Intersectionality. **Generations Journal of the American Society on Aging**, v. 41, n. 4, 2018, p. 69-74. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323970640_The_challenge_of_intersectionality. Acesso em: 3 dez. 2023.

CALDERÓN, L. O. *et al.* Variables predictoras de la satisfacción vital: comparaciones entre estudiantes universitarios de minorías sexuales em Chile. **Interdisciplinaria**, v. 40, n. 1, p. 209-225, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.16888/interd.2023.40.1.13>. Acesso em: 11 mar. 2024.

CAVAGNOLI, M.; MAHEIRIE, K. A cartografia como estratégia metodológica à produção de dispositivos de intervenção na psicologia social. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 32, n. 1, p. 64-71, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v32i1/5680>. Acesso em: 11 mar. 2024.

CARVALHAIS, M. *et al.* Estudantes de enfermagem relativamente à comunidade LGBT: conhecimento, atitudes e competência cultural. **Revista de Investigação &**

Inovação em Saúde, v. 3, n. 2, p. 61-73, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.37914/riis.v3i2.95>. Acesso em: 11 mar. 2024.

CEBALHO, M. T. O. *et al.* Trabalho interprofissional em saúde mental: compreensão dos profissionais e cotidiano de trabalho. **Rev Baiana de Enfermagem**. 2022;36:e46762. Doi: <https://doi.org/10.18471/rbe.v36.46762>

CERQUEIRA-SANTOS, E.; AZEVEDO, H.V.P; RAMOS, M.M. Preconceito e saúde mental: estresse de minoria em jovens universitários. **Revista de Psicologia da IMED**. [Internet]. 2020 [cited 2022 Mar 18];12(2):7-21. Available from: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/3523>.

COLLINS, P.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Trad. Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

COLLINS, P. H. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. 495 p.

Conselho Nacional de Saúde. (2016). Resolução 510/2016. Acesso em 10 set.2022. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>.

COSTA, A. B. *et al.* Homophobia or sexism? A systematic review of prejudice against nonheterosexual orientation in Brazil. **International Journal of Psychology**, 48(5), 900-909, 2013a. <https://doi.org/10.1080/00207594.2012.729839>

COSTA, A. B. *et al.* Systematic review of instruments measuring homophobia and related constructs. **Journal of Applied Social Psychology**, 43(6), 1324-1332, 2013b. <https://doi.org/10.1111/jasp.12140>

COSTA, A.B.; BANDEIRA, D.R.; NARDI, H.C. Avaliação do preconceito contra diversidade sexual e de gênero: construção de um instrumento. **Estudos de Psicologia**.2015b;32(2):163-172.Doi:<http://dx.doi.org/10.1590/0103-166X2015000200002>

COSTA, A. B. *et al.* (2016). Validation study of the revised version of the Scale of Prejudice Against Sexual and Gender Diversity in Brazil. **Journal of Homosexuality**, 63(11), 1446-1463. <https://doi.org/10.1080/00918369.2016.1222829>

COSTA, A. B. *et al.* Prejudice toward gender and sexual diversity in a Brazilian Public University: prevalence, awareness, and the effects of education. **Sexuality Research and Social Policy**. 2015a;12(4):261-272. Doi: <https://doi.org/10.1007/s13178-015-0191-z>

COSTA-VAL, A. *et al.* O cuidado da população LGBT na perspectiva de profissionais da Atenção Primária à Saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 32, n. 2, p. e320207, 2022.

CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 2002. p. 171-188.

CRANE, P. R. *et al.* Come out, get out: relations among sexual minority identification, microaggressions, and retention in higher education. **Journal of Interpersonal Violence**, p. 1-12, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/0886260520967126>. Acesso em: 11 mar. 2024.

DIAS, M.B. **Manual do Direito das Famílias**. 6. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

DOVER, K. J. **A homossexualidade na Grécia Antiga**. Trad. Luís Sérgio Krausz. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2007.

DUCKITT, J. (1992). A historical analysis and integrative framework. **American Psychologist**, 47, 1182-1193.

DUEÑAS, J. M. *et al.* Identifying violence against the LGBTI+ community in Catalan universities. **Life Sciences, Society and Policy**, v. 17, n. 3, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s40504-021-00112-y>. Acesso em: 11 mar. 2024.

ELLIS, S.; PEEL, E.; RIGGS, D. **Psicologia lésbica, gay, bissexual, trans, intersexo e queer: uma introdução**. 2ª ed. Cambridge: Cambridge University Press. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/9781108303750>. Acesso em: 11 mar. 2024.

FALEIROS, F. *et al.* O uso de questionário online e divulgação virtual como estratégia de coleta de dados em estudos científicos. **Rev. Texto contexto - enferm.**, 25, 04, 2016.

FERREIRA, L. **Trans**. São Paulo: UOL TAB, 2016. Disponível em: <http://tab.uol.com.br/>. Acesso em: 31 out. 2023.

FERREIRA, B. D. O. *et al.* (2017). Vivências de travestis no acesso ao SUS. **Physis**, 27(4), 1023–1038. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-73312017000400009>. Acesso em: 7 dez. 2023.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FORTUNA, C. M. *et al.* Uma Pesquisa Socioclínica na França: Notas Sobre a Análise Institucional. **Fractal: Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 255-266, mai. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 09 mar. 2024.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber**. 17. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FURLANI, J. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p. 35.

GALLAGHER, R. **Compreender o homossexual**. Trad. Victor Hugo Silveira. LAPENTA. São Paulo: Editora Santuário, 1990.

GALLARDO-NIETO, E. M. *et al.* Sexual orientation, gender identity and gender expression-based violence in Catalan universities: qualitative findings from university

students and staff. **Archives of Public Health**. V. 79, n. 16, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s13690-021-00532-4>. Acesso em: 11 mar. 2024.

GATO, J. Discriminação contra pessoas LGBTI+: uma revisão de literatura nacional e internacional. In: Saleiro, S. P. **Estudo nacional sobre as necessidades das pessoas LGBTI e sobre a discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de gênero e características sexuais**. Lisboa: CIG, 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/141331>. Acesso em: 11 mar. 2024.

GONÇALVES, J.V.R.; TRUJILLO, R.A.S. Da esquina ao escritório: uma análise da ausência de mulheres trans no mercado de trabalho formal em Goiás. **Pensamento Americano**. 2020;13(26):33–50. doi: <https://doi.org/10.21803/penamer.13.26.419>

GUERRERO, C. Z.; PASICHANÁ, P. H.; MONTERO, A. G. Proceso de reconocimiento de la orientación sexual homosexual en estudiantes de una universidad pública. **Psicogente**, v. 22, n. 41, p. 1-29, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.17081/psico.22.41.3310>. Acesso em: 11 mar. 2024.

GROMER, J. M. *et al.* Sexual prejudice among Barbadian University students. **Journal of Gay & Lesbian Social Services**, v. 25, n. 4, p. 399-419, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/10538720.2013.834808>. Acesso em: 11 mar. 2024.

HSIEH, W.; FAULKNER, N.; WICKES, R. What reduces prejudice in the real world? A metaanalysis of prejudice reduction field experiments. **British Journal of Social Psychology** [Internet]. 2021 [cited 2022 Mar 17]. Available from: <https://doi.org/10.1111/bjso.12509>

IPEA. **Atlas da Violência 2021**. — São Paulo: FBSP, 2021, p. 58. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2023.

JESUS, C. C.; SOUZA, E. J.; SILVA, J. P. Diversidade Sexual na Escola: reflexões sobre as concepções de professores/as. **Bagoas**, [s. l], v. 9, n. 13, p. 279-298, 2015, p. 281. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/9659/6899>. Acesso em: 7dez. 2023.

JOAQUIM, N. Igualdade e discriminação. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, IX, n. 31, jul.2006. Disponível em: https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/07/004_O_PRECONCEITO_E_A_DISCRIMINA%C3%87%C3%83O.pdf. Acesso em: 19 set. 2023.

KOSCIW, J. G. *et al.* The 2017 National School Climate Survey: The experiences of lesbian, gay, bisexual, transgender, and queer youth in our nation's schools. **New York: GLSEN**, 2018. Disponível em: <https://www.glsen.org/sites/default/files/2019-10/GLSEN-2017-National-School-Climate-Survey-NSCS-Full-Report.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2024.

KWAK, H. W.; KIM, M. Y.; KIM, M. Y. Severity and influencing factors of homophobia in Korean Nursing Students. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 16, n. 4692, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph16234692>. Acesso em: 11 mar. 2024.

KYRILLOS, G. M. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, p. e56509, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n156509>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

L'ABBATE, S. A análise institucional e a saúde coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, 8(1), 2003: 265-274.

LIMA, G.F.S. **A problemática do direito à liberdade de ser, em cores, no âmbito acadêmico**: análise das relações sociais na residência universitária masculina e feminina - RUMF /UFPB (2018). Trabalho de Conclusão de Curso. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/13949/1/GFDSL13122018.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2023.

LIMA, J.L.A. Direitos humanos e discriminação racial. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 92, set. 2011. Disponível em: https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/07/004_O_PRECONCEITO_E_A_DISCRIMINA%C3%87%C3%83O.pdf. Acesso em: 15 set. 2023.

LIMA, M.E.O., PEREIRA, M. E. **Estereótipos, preconceito e discriminação**: perspectivas teóricas e metodológicas. Salvador - BA. Editora da Universidade Federal da Bahia, 2004. p.11.

LOURAU, R. **René Lourau na UERJ**: Análise institucional e práticas de pesquisa. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1993. 114 p.

LOURAU, R. **A Análise Institucional**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MAGNAVITA, A. D. O surgimento dos homossexuais. **Revista filosofia: ciência & vida**. São Paulo: Escala, ano VI, n.70, p.14-22, maio 2012.

MICHELS, E.; MOTT, L. **Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil**: Relatório Parcial – Nº 001/2021. [Internet]. [cited 2022 Mar 18]. Available from: <https://observatoriomortesviolentaslgbtibrasil.org/parcial-setembro-2021>

MOITA, G. **Homofobia no discurso de clínicos**: a homossexualidade de dois lados do espelho. Porto: Universidade do Porto, 2001.

MONCEAU, G. A Socioclínica institucional para pesquisas em educação e em saúde. In: L'ABBATE, S.; MOURÃO, L. C.; PEZZATO, L. M. **Análise Institucional & Saúde Coletiva**. São Paulo: Hucitec, 2013. p. 91-103.

MONCEAU, G. Les effets des recherches de type socio-clinique: questionnement pour la "Recherche avec". In: MONCEAU, G. (Org.) **Enquêter ou intervenir?** Effets de la recherche socio-clinique. Nîmes, FR: Champ Social Éditions, 2017. p. 9-18.

MONTRONE, A. V. *et al.* Violência de gênero numa universidade pública brasileira: saindo da invisibilidade. **Gênero**, v. 21, n. 1, p. 6-23, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/rg.v21i1.46596>. Acesso em: 11 mar. 2024.

MUNN, Z. *et al.*; Systematic review or scoping review? Guidance for authors when choosing between a systematic or scoping review approach. **BMC Med Res**

Methodol, v. 18, n. 1, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1186/s12874-018-0611-x>. PMID:30453902. Acesso em: 11 mar. 2024.

NAPHY, W. **História da homossexualidade**. Edições 70, 2006.

NARDI, H.C. *et al.* O “armário” da universidade: o silêncio institucional e a violência, entre a espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero. **Revista Teoria & Sociedade**. 2013. Available from: <http://www.teoriaesociedade.fafich.ufmg.br/index.php/rts/article/view/87>

NATIONAL ALLIANCE ON MENTAL ILLNESS (NAMI). **LGBTQ**. Arlington: NAMI; 2016. Disponível em: <https://www.nami.org/Find-Support/LGBTQ>. Acesso em: 11 mar. 2024.

OLIVEIRA, E. T.; VEDANA, K. G. G. Suicídio e depressão na população LGBT: postagens publicadas em blogs pessoais. **Rev. Eletr. Saúde Mental Álcool Drog**, v. 16, n. 4, p. 32-38, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2020.168145>. Acesso em: 11 mar. 2024.

OLIVEIRA, J.M.D. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019**: Relatório do Grupo Gay da Bahia/ José Marcelo Domingos de Oliveira – 1. ed. – Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

OLIVEIRA, L.H. **Exemplo de cálculo de Ranking Médio para Likert**. 2005. Dissertação. Mestrado em Adm. e Desenvolvimento Organizacional. PPGA CNEC/FACECA, Varginha, 2005.

OZAMIZ-ETXEBARRIA, N. *et al.* Measuring discrimination against transgender people at the University of the Basque Country and in a non-university sample in Spain. *Int. J. Environ. Res. Public Heal*, v. 17, n. 2374, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph17072374>. Acesso em: 11 mar. 2024.

PALUCK, E.L. *et al.* Prejudice Reduction: Progress and Challenges. **Annual Review of Psychology**. 2021; 72:533-560. Doi: <https://doi.org/10.1146/annurevpsych-071620-030619>

PARANHOS, W.R.; WILLERDING, I.A.V.; LAPOLLI, É.M. Training of health professionals to care for LGBTQI+. **Interface Com Saúde Educ**. [Internet]. 2021 [cited 2022 Mar 18];25:e200684. Available from: <https://www.scielo.br/j/icse/a/kQN6qbcxbDDPhQL7NfBvYJL/?format=pdf&lang=pt>.

PAULK, A. *et al.* An assessment of campus climate among sexual minority college students. **Research in Higher Education Journal**, 2017. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1161487.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2024.

PERASSOLI, E.; SILVA, A. R. N. Saindo da “Torre de Marfim”: a prevenção de violência baseada na orientação sexual e identidade de gênero na Universidade. **Educação em Revista**. V. 39, n. e41187, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-469841187>. Acesso em: 11 mar. 2024.

PEREIRA, L. B. C.; CHAZAN, A. C. S. O Acesso das Pessoas Transexuais e Travestis à Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 1795, 2019. DOI: 10.5712/rbmfc14(41)1795. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/1795>. Acesso em: 16 jun. 2024.

PETERS, M.D.J. *et al.* Chapter 11: Scoping Reviews. In: AROMATARIS E.; MUNN Z.(Ed.) **Joanna Briggs Institute Reviewer's Manual**. JBI, 2017. Disponível em: <https://reviewersmanual.joannabriggs.org/>. Acesso em: 11 mar. 2024.

PITANGA, A. F. Pesquisa qualitativa ou pesquisa quantitativa: refletindo sobre as decisões na seleção de determinada abordagem. **Rev. Pesq. Qualitativa**, v. 8, n. 17, p. 184-201, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33361/RPQ.2020.v.8.n.17.299>. Acesso em: 11 mar. 2024.

PRADO, M.A.M.; MACHADO, F.V. **Preconceitos contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

QUINN, G. P. *et al.* What Oncologists Should Know About Treating Sexual and Gender Minority Patients With Cancer. **Jco Oncology Practice**. 2020;16(6):309-316. Available from: <<http://dx.doi.org/10.1200/op.20.00036>>. Access on 18 Mar 2022.

RÉZIO, L.A. *et al.* A dramatização como dispositivo para Educação Permanente em Saúde Mental: uma pesquisa-intervenção. **Interface Com Saúde Educ**. 2022;26:e210579. Doi: <https://doi.org/10.1590/interface.210579>

ROCON, P.C. *et al.* Acesso à saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. **Trab. Educ. Saúde**. 2020;18(1):e0023469. Doi: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00234>

SANTOS, J. J.; CERQUEIRA-SANTOS, E. Prejudice Against sexual and gender diversity and beliefs about sex education among university students. **Psicologia do Desenvolvimento**, v. 12, n. e200017, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202239e200017>. Acesso em: 11 mar. 2024.

SANTOS JÚNIOR, C. J. *et al.* Coletivo Bee, luta LGBTT e saúde integral: diversidade sexual e de gênero no ambiente universitário. **Rev Eletron Comum Info Inov Saúde**, v. 13, n. 3, p. 634-46, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.29397/reciis.v13i3.1720>. Acesso em: 11 mar. 2024.

SAHIN, N.E.; ASLAN, F.; EMIROGLU, O.N. Health status, health behaviours and healthcare access of lesbian, gay, bisexual and transgender populations in Turkey. **Scandinavian Journal of Caring Sciences**. [Internet]. 2020 [cited 2022 Mar 18];34(1):239-246. Available from: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/scs.12759>

SANTANA, A.D.S. *et al.* Difficulties in access to health services by lesbian, gays, bisexuals and transgender people. **Rev.Enferm. UFPE Online**. 2020;13:e243211. Doi: <https://doi.org/10.5205/1981-8963.2020.243211>

SANTOS, J. B. dos; ARAÚJO, E. J. M. Estudantes lgbt no âmbito universitário: da permanência à resistência. **Anais V CONEDU**. Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/47341>. Acesso em: 30 nov. 2023.

SAVOYE, A. Du passé, faisons l'analyse. Le traitement de l'histoire. In: Savoye A, Hess R. (coord.) **Perspectives de L'Analyse Institutionnelle**. Méridiens Klincksieck, Paris, 1988. p.153-164.

SAVOYE, A. Analyse institutionnelle et recherches socio-historiques: quelle compatibilité? In: **L'Homme et la Société**, n. 147-148, p. 133-150. L'Harmattan: Paris, 2003, 246p.

SAVOYE, A. Análise institucional e pesquisas sócio-históricas: estado atual e novas perspectivas. **Mnemosine** Vol.3, nº2, p. 181-193 (2007) – Artigos Parte Especial. Disponível em: <www.e-publicacoes.uerj.br > download > pdf_110>.

Scott. J. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. *Educ Real*. 1995; 20(2):71-99.

SILVA, A.C.A. *et al.* Implementation of the national policy for the comprehensive healthcare of lesbian, gays, bisexuals, transvestites and transsexuals (PNSI LGBT) in Paraná, Brazil. **Interface Com Saúde Educ**. 2020; 24:1-15. Available from: <https://www.scielo.br/j/icse/a/FFrYJnPRddNv6s69ZbLJgCt/?format=pdf&lang=pt>.

Silva, L.S.R. *et al.* Obstacles in the access to public health services by transvestites and transgender persons: an integrative review. *Rev Rene*. 2023;24:e81811. DOI: <https://doi.org/10.15253/2175-6783.20232481811>

SILVA, K.; VAZ, A.F. Pessoas trans no ensino superior: lutas por acesso e permanência, a exemplo da Universidade Federal de Santa Catarina (2012-2015). **Crítica Cultural**. v.14(2). p. 209-221. 2019. Doi: <http://dx.doi.org/10.19177/rcc.14022019209-221>.

SOUZA, J. A. **Estratégias de escolarização de homossexuais com sucesso acadêmico**. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <https://www.ufpb.br/nepes/contents/documentos/trabalhos-publicados-em-anais/a-condicao-de-ser-lgbt-e-a-permanencia-na-universidade-um-estudo-de-caso-no-cuso-de-pedagogia-educacao-do-campo.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

STOODI. **Movimento LGBT**: o que é, história e muito mais! 2021. Disponível em: <https://blog.stoodi.com.br/blog/atualidades/movimento-lgbt-o-que-e/>. Acesso em: 02 dez. 2023.

TRICCO, A.C. *et al.* PRISMA extension for scoping reviews (PRISMA-ScR): checklist and explanation. **Ann Intern Med**, v. 169, n. 7, p. 467-73, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7326/M18-0850>. PMID:30178033. Acesso em: 11 mar. 2024.

Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). 2022a. Available from: <http://www.prograd.ufscar.br/cursos/cursos-oferecidos-1/enfermagem/enfermagem>. Access: 2022 Mar 18.

Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). 2022b. Available from: <https://www.spdi.ufscar.br/informacao-institucional/indicadores-1/ufscar-em-numeros>. Access: 2022 Mar 18.

VERDEJO, M. Conocimientos y actitudes de estudiantes universitarios hacia la diversidad de género y la diversidad sexual en un contexto multicultural. *Modulema Rev. Cient. sobre Diversidade Cultural*, v. 4, p. 42-65, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.30827/modulema.v4i0.15866>. Acesso em: 11 mar. 2024.

Vicentini, H.J.; Hakime, N.D. Divisão Sexual Do Trabalho: Para Além Do Gênero E Do Patriarcado. *Temporalis*, [S. l.], v. 20, n. 40, p. 201–214, 2021. DOI: 10.22422/temporalis.2020v20n40p201-214. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/31523>. Acesso em: 16 jun. 2024.

VIEIRA, T. R. **Minorias sexuais**: Direitos e preconceitos. Consulte: São Paulo, 2012. p. 37-38.

WEEKS, J. (2000). **Making sexual History**. Malden: Polity Press.

ZHAO, Z.; TOOMEY, R. B.; ANHALT, K. Predictors of Disclosing Sexual Orientation to Parents, Classmates and School Adults among Latinx Sexual Minority High School and College Youth. *Youth & Society*, v. 54, n. 2, 2021. Disponível em: 11 mar. 2024. <https://doi.org/10.1177/0044118X211021449>. Acesso em: 11 mar. 2024.

APÊNDICE I

QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

Variável	Label
Categoria	<input type="checkbox"/> docente
Idade	em anos
Raça/Cor	<input type="checkbox"/> branca <input type="checkbox"/> preta <input type="checkbox"/> parda <input type="checkbox"/> amarela <input type="checkbox"/> indígena <input type="checkbox"/> prefiro não responder: _____
Se indígena, qual etnia:	
Caso se auto declare com alguma deficiência ou transtornos do desenvolvimento:	<input type="checkbox"/> Deficiência Física <input type="checkbox"/> Deficiência Auditiva ou Surdez <input type="checkbox"/> Deficiência Visual (Cegueira) <input type="checkbox"/> Deficiência Visual (Baixa Visão - mesmo com uso de óculos, tem comprometimentos) <input type="checkbox"/> Deficiência Intelectual <input type="checkbox"/> Deficiência Múltipla <input type="checkbox"/> Transtorno do Espectro do Autismo <input type="checkbox"/> tenho alguma condição similar, mas prefiro não responder <input type="checkbox"/> Outra/o: _____
Sexo	<input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Intersexo
Gênero	<input type="checkbox"/> Homem cis <input type="checkbox"/> Mulher cis <input type="checkbox"/> Homem trans <input type="checkbox"/> Mulher trans <input type="checkbox"/> Não binário <input type="checkbox"/> outro: _____
Orientação Sexual	<input type="checkbox"/> Heterossexual <input type="checkbox"/> Lésbica <input type="checkbox"/> Gay <input type="checkbox"/> Bissexual <input type="checkbox"/> Pansexual <input type="checkbox"/> Outra:
Renda familiar	em reais
Estado de origem	
Curso de graduação, pós-graduação ou lotação de trabalho	Aberta
Ano de ingresso na UFSCar	_____ em anos
E-mail de contato (<i>caso queira participar das próximas etapas desta pesquisa</i>)	

APÊNDICE II

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Resolução CNS 466/2012)

Prezado(a) Sr(a): _____

O(a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa “Análise do preconceito contra diversidade sexual e de gênero no contexto universitário: um estudo quantitativo”.

O objetivo deste estudo é analisar o preconceito contra diversidade sexual e de gênero no contexto universitário. O (a) senhor (a) foi selecionado (a) por fazer parte da comunidade acadêmica da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, como estudante de graduação, estudante de pós-graduação, técnico administrativo ou docente. Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento o (a) senhor (a) pode desistir de participar e retirar seu consentimento. A sua recusa não trará nenhum prejuízo na sua relação com o pesquisador ou com a instituição à qual pertence.

A coleta de dados será composta por um questionário sociodemográfico e um instrumento de avaliação do preconceito contra diversidade sexual e de gênero e que servirão para construir o conhecimento na área, além de oportunizar a construção de estratégias e políticas institucionais em prol da redução do preconceito contra a diversidade sexual e de gênero no contexto universitário. O tempo utilizado para coleta dos dados será de aproximadamente vinte minutos. Todo o material registrado estará a sua disposição no momento em que desejar.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, ou seja, em nenhum momento será divulgado seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada.

O preenchimento destes questionários não oferece risco imediato ao (a) senhor (a), porém considera-se a possibilidade de um risco subjetivo, pois algumas perguntas podem remeter a algum desconforto, evocar sentimentos ou lembranças desagradáveis. Caso algumas dessas possibilidades ocorram, o senhor (a) poderá optar pela suspensão imediata da entrevista.

As informações/opiniões emitidas por você não causarão nenhum dano, risco ou ônus à sua pessoa e serão tratadas de forma anônima, no conjunto das demais pessoas que participarem do estudo. Ainda, a qualquer momento da realização da pesquisa, caso não seja de seu interesse a continuidade na participação, haverá possibilidade de retirar este consentimento, e deixar de participar do estudo, sem que isto lhe traga qualquer prejuízo. Também o (a) senhor (a) não terá nenhum benefício direto.

Os resultados da pesquisa serão divulgados em eventos científicos como congressos e publicação em revistas científicas e também apoiarão a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) na elaboração de estratégias e políticas de enfrentamento do preconceito contra a diversidade sexual e de gênero.

O (a) senhor (a) receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e pelo pesquisador, onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal com quem você poderá tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação agora ou a qualquer momento.

Este projeto de pesquisa foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que é um órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas. O CEP é responsável pela avaliação e

acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes de pesquisas. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFSCar que está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa da universidade, localizado no prédio da reitoria (área sul do campus São Carlos).

Endereço: Rodovia Washington Luís km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos-SP. Telefone: (16) 3351-9685. E-mail: cephumanos@ufscar.br. Horário de atendimento: das 08:30 às 11:30.

O CEP está vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e o seu funcionamento e atuação são regidos pelas normativas do CNS/Conep. A CONEP tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo CNS, também atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam. Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar - Asa Norte - CEP: 70719-040 - Brasília-DF. Telefone: (61) 3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br.

Agradecemos sua colaboração e ressaltamos a importância de sua participação nesta pesquisa para produção de conhecimentos na área.

Dados para contato (24 horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisador Responsável: Flávio Adriano Borges Melo

Endereço: DENF - UFSCar

Contato telefônico: (16)3351-9426

E-mail: flavioborges@ufscar.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Local e data:

Nome do Pesquisador

Nome do Participante

ANEXO I

ESCALA DE PRECONCEITO CONTRA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

Marque como você responderia às seguintes afirmativas utilizando a escala de cinco opções descrita abaixo. Por favor, responda CUIDADOSAMENTE e HONESTAMENTE a cada pergunta. É importante indicar como você se sente AGORA e não como você pode ter-se sentido no PASSADO. Algumas das situações podem ser estranhas para você, mas tente pensar sobre situações semelhantes que você possa ter vivenciado. Responda a cada item e não se preocupe com suas respostas anteriores. Não há respostas certas ou erradas.

	Discorda totalmente	Discorda um pouco	Não concorda nem discorda	Concorda um pouco	Concorda totalmente
1) Sexo entre dois homens é totalmente errado.					
2) Eu acho que os homens gays são nojentos.					
3) A homossexualidade masculina é uma perversão.					
4) Sexo entre duas mulheres é totalmente errado.					
5) Eu acho que as mulheres lésbicas são nojentas.					
6) Travestis me dão nojo.					
7) Os homens que se comportam como mulheres deveriam se envergonhar.					
8) Os homens que depilam suas pernas são estranhos.					
9) Eu não consigo entender por que uma mulher se comportaria feito um homem.					
10) As crianças deveriam brincar com brinquedos apropriados para seu próprio sexo.					
11) As mulheres que se veem como homens são anormais.					
12) Operações de mudança de sexo são moralmente erradas.					
13) As meninas masculinas deveriam receber tratamento.					
14) Os homens afeminados não me deixam à vontade.					
15) Eu iria a um bar frequentado por travestis.					
16) As mulheres masculinas não me deixam à vontade.					

Fonte: Costa; Bandeira; Nardi, 2015.